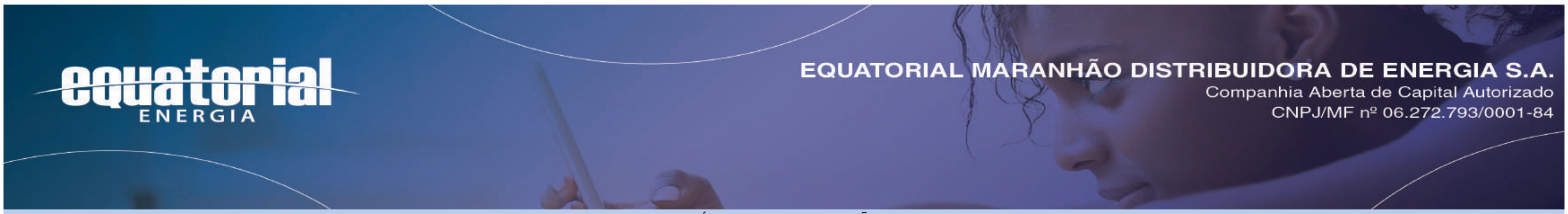


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

A Administração da Equatorial Maranhão, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As informações não financeiras da Equatorial Maranhão, as relacionadas ao programa "Luz para Todos" (PLPT), assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes. **Destaques de 2022**. • O **volume de energia distribuída** no ano cresceu 4,8% em relação a 2021, atingindo 7.351 GWh; • Os **investimentos** da Equatorial Maranhão somaram R$ 953 milhões em 2022, 75,1% acima dos investimentos realizados em 2021; • As **perdas de energia** em 2022 tiveram o resultado melhor em 0,96 p.p., em relação a Dez/2021, atingindo 17,60% da energia requerida; • Os índices de **DEC e FEC** da Equatorial Maranhão apresentaram redução, sendo o DEC de 29,4 para 24,7 e o FEC de 9,8 para 8,6 entre 2021 e 2022; • **EBITDA** de R$1,180 bilhões e **Lucro Líquido** de R$648 milhões. **Mensagem do Presidente.** Em 2022 vivemos mais um ano de desafios, que foi marcado por muitos processos de retomada e recuperação, seja no âmbito global, no Brasil e na operação das nossas atividades no Maranhão. O mundo buscou voltar à normalidade após os 2 anos anteriores de ápice da Pandemia do COVID-19, diante de uma economia e cadeias produtivas fragilizadas, em que pese a melhoria e estabilização trazida com as vacinas a partir de 2021. Ressalta-se ainda o evento do início da Guerra entre Rússia e Ucrânia, que também impactaram o cenário global. Nossos indicadores operacionais e financeiros refletiram esse período complexo com redução de performance, contudo conseguimos reverter essas tendências levando a Cia a uma trajetória de melhoria consistente, fruto de esforços adicionais na análise e execução de um plano de trabalho bem sucedido, que vem trazendo bons resultados. Corroborando com essa mudança de tendência, o mercado de energia no Maranhão, cresceu em energia distribuída 4,8%, com destaque para as classes Residencial e Poder Público, com crescimentos de, respectivamente 9,5% e 21,4%. Tivemos um Lucro Líquido de R$648 milhões, geração de caixa operacional de R$ 1.026 milhões e EBITDA de R$1,180 bilhões. Nossos investimentos totais atingiram o montante de R$953 milhões, sendo próprios de R$879 milhões e os relacionados ao Programa Luz para Todos – PLPT de R$74 milhões. Em nossos resultados operacionais, as Perdas de 2022 de 17,6% registram uma melhora em relação ao ano anterior, registrando redução de 0,96 p.p. Nos indicadores de qualidade DEC e FEC (respectivamente, duração e frequência das interrupções de energia), tivemos também melhoras expressivas, sendo 16% no DEC e 12% FEC. Para 2022, manteremos nosso foco na qualidade do serviço prestado, aplicação eficiente de nossos recursos financeiros e no compromisso com os nossos resultados. Aos colaboradores, dirigimos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança, que são estendidos também a todos os nossos consumidores, acionistas, fornecedores e parceiros.
Sérvio Túlio dos Santos - Diretor-Presidente.

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Maranhão. Ambiente econômico e perspectivas no estado do Maranhão

Informações sobre o Maranhão

Maranhão	
Capital	São Luís
Área (km²) [1]	329.651
Número de Municípios	217
População estimada (2022) [1]	7.153.262
Cresc. Estimado 2022 PIB MA [2]	3,50%
Cresc. Estimado 2022 PIB BR [2]	3,10%
Densidade demográfica (hab/km²)[1]	19,81
IDH (2010)	0,639

https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html. Em 2022, o consumo de energia elétrica no estado do Maranhão cresceu 4,8%, contabilizando um total de 7.351 GWh. O ticket médio de consumo da Equatorial Maranhão aumentou 2,9%, chegando a 228,6 kWh/Consumidor, essa elevação contribuiu com 62% no crescimento anual, os outros 38% estão relacionados ao acréscimo de novas unidades consumidoras. Cabe destacar que a Equatorial Maranhão teve um desempenho no consumo superior em relação a região Nordeste e ao Brasil, que registraram, respectivamente, crescimento de 1,5% e 1,2% no ano. As classes residencial, comercial e industrial, que juntas representam 79,2% do consumo de energia elétrica no Maranhão, cresceram 4,4% no ano, que corresponde a um incremento de 245 GWh. O melhor desempenho foi da classe residencial, que cresceu 9,5% em 2022, seguido pela industrial, com 0,2%, em contrapartida, a comercial apresentou uma retração de 8,6%. Esse comportamento foi afetado, principalmente, pelo movimento de reclassificação ocorrido em março de 2022, onde cerca de 67 mil unidades consumidoras das classes industrial e comercial foram transferidas para classe residencial. Esse movimento foi realizado com base no decreto Nº 19.714 de 10 de julho de 2003 da SEFAZ MA, especificamente nos artigos 152 e 153, que ditam as regras de ICMS da Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica. O desempenho das classes, desconsiderando o efeito da reclassificação, pode ser observado no Quadro 1:

Comportamento das classes sem e com a reclassificação

Consumo (MWh)	Com Reclassificação	Sem Reclassificação
Residencial	9,5%	4,1%
Industrial	0,2%	2,5%
Comercial	-8,6%	6,3%

Outro destaque foi a classe Poder Público, que registrou crescimento de 21,4% no ano, incrementando 86 GWh, movido sobretudo pelo efeito base da retomada das atividades presenciais em escolas, universidades e setores administrativos. Cabe ressaltar que esse foi o primeiro ano que a classe cresce em relação a 2019, onde não havia influência de pandemia da covid-19. Em suma, o cenário econômico foi favorável para o crescimento do consumo em 2022, visto que o aumento da renda disponível do trabalhador influencia diretamente o consumo de energia elétrica, dentre os principais efeitos positivos podemos citar: a) a expansão da população ocupada no Maranhão (e por consequência redução nas taxas de desemprego), representando um aumento de 8,7% no estoque de empregos em relação a 2021[3]; b) a mediana da projeção da inflação de 2022 em 5,79%, 4,27 p.p. inferior a observada em 2021, motivado, principalmente, pelo ajuste nos preços de alimentos e combustíveis; c) e o Auxílio Brasil que a partir de agosto de 2022 aumentou de R$ 400,00 para R$ 600,00 e só no estado do Maranhão[4], injetou aproximadamente R$ 5,5 bilhões na economia em 2022, o que representa cerca de 1,2 milhões de maranhenses beneficiados. **Número de consumidores. Número de consumidores** - Em dezembro de 2022, o número de consumidores da Equatorial Maranhão teve um crescimento de 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, no Quadro 2 é possível visualizar a variação anual:

(1) https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html
(2) Dados projetados pela Tendências Consultoria Integrada em dez/22.
(3) Mercado de Trabalho Maranhão – IMESC (Edição Novembro 2022
(4) *https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2022/08/auxilio-brasil-de-r-600-comecou-a-ser-pago-e-inclui-2-2-milhoes-de-novas-familias*

Evolução Número de Consumidores

Consumidores	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	2.454.954	2.327.284	2.308.962	2.276.955	2.242.671
Industrial	2.620	6.468	7.165	7.541	7.728
Comercial	59.203	125.803	135.107	142.788	148.648
Outros	159.954	169.898	143.867	121.494	92.798
Total	**2.676.731**	**2.629.453**	**2.595.101**	**2.548.778**	**2.491.845**
Variação	**1,8%**	**1,3%**	**1,8%**	**2,3%**	**2,4%**

A energia faturada apresentou um crescimento de 3,4% em comparação ao mesmo período do ano de 2021. Ademais, a classe residencial, que representa o maior consumo na Equatorial Maranhão, contabilizou 55,6% do total. **Mercado atendido. Comportamento do mercado** - No período de janeiro a dezembro de 2022, a distribuição de energia na Equatorial Maranhão representou um total de 7.351 GWh, se compararmos a energia do mesmo período do ano anterior (7.016 GWh), houve um crescimento de 4,8%.

Evolução do Consumo

Consumo (MWh)	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	4.089.972	3.736.763	3.569.637	3.304.455	3.204.804
Industrial	560.253	559.191	521.754	463.735	416.403
Comercial	1.167.241	1.276.533	1.184.079	1.250.211	1.234.636
Outros	1.526.437	1.436.472	1.371.409	1.408.125	1.364.439
Distribuidoras	6.991	6.971	6.598	8.654	6.245
Total	**7.350.895**	**7.015.931**	**6.653.477**	**6.435.180**	**6.226.527**
Variação	**4,8%**	**5,4%**	**3,4%**	**3,4%**	**0,4%**

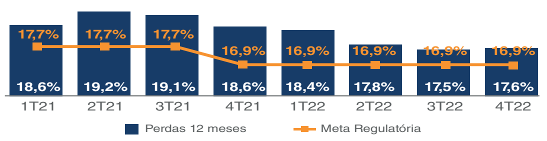
Balanço energético

Evolução Balanço Energético

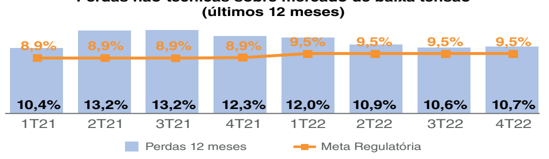
Balanço energético (MWh)	2021	2022	*Var.*
EQTL MA			
Sistema Interligado	8.449.300	8.612.978	1,9%
Energia Injetada pela Geração Distribuída	165.513	307.995	86,1%
Energia Injetada	**8.614.813**	**8.920.973**	**3,6%**
Energia Distribuída	7.008.959	7.343.903	4,8%
Energia de Conexão com outras distribuidoras	6.971	6.991	0,3%
Perdas Totais	1.598.883	1.570.078	-1,8%

As perdas totais de energia elétrica na distribuição correspondem a diferença entre a energia injetada do sistema interligado, que é a energia entregue nas fronteiras com a rede básica, e a energia distribuída, que é a contabilizada pelo sistema de medição para faturamento. Nesse sentido, em 2022, as perdas totais de energia elétrica na Equatorial Maranhão apresentaram uma redução de 1,80%, em relação ao ano anterior, fechando 2022 no patamar de 17,60%, que representa 1.570 GWh. **Gestão dos Negócios. Combate às Perdas.** Em 2022, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 8.920 GWh, um aumento de 3,55% em relação à 2021, e o faturamento atingiu 7.350 GWh, o que representou incremento de 4,77% também em relação à 2021. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2022 totalizaram 1.570 GWh, equivalente a 17,60% da energia requerida, implicando em redução de 0,96 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2021, redução essa significativa para o grupo.

Perdas totais sobre energia requerida (últimos 12 meses)

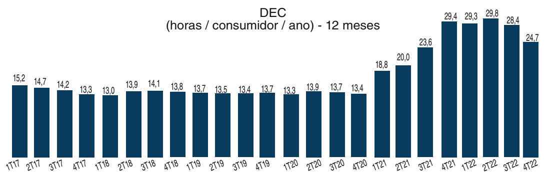


Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão (últimos 12 meses)

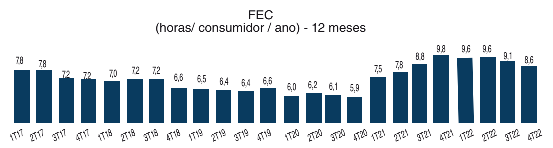


O ano de 2022 foi marcado por grandes desafios e a Equatorial Maranhão buscou melhorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores dos anos anteriores, isso acarretou na redução de perdas trimestre a trimestre desde o fechamento do ano de 2021. Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2022: • Regularização de 4,4 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 3,7 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Instalação do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 21,0 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 56 municípios; • Inspeção de 233,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 14,3 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 5,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 76,1 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Instalação de 240 medições fiscais em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente. Hoje a Equatorial Maranhão possui 12,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 57% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações. **DEC e FEC.** A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Os indicadores de qualidade apresentaram uma melhoria relevante no ano de 2022 com redução de 4,8h no DEC e 1,1x no FEC. Esses resultados foram obtidos através da ampliação dos investimentos na construção de Linhas de Transmissão, Subestações e novos alimentadores, instalação de novos equipamentos automatizados e sensores na rede e do aumento do contingente de equipes para realizar os atendimentos em campo.

DEC
(horas / consumidor / ano) - 12 meses



FEC
(horas/ consumidor / ano) - 12 meses



Programa Luz Para Todos. Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos" (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento socioeconômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). A Equatorial Maranhão desempenha o papel de agente executor do Programa no Maranhão. O Estado está inserido entre os 3 maiores programas do país, representando mais de 10% de todo o volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolvem mais de 20 equipes de construção e mais de 350 pessoas direta e indiretamente. Em 31 de dezembro de 2022, a Equatorial Maranhão alcançou a marca histórica de 371,6 mil famílias ligadas à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 1,86 milhão de habitantes. O PLPT já está presente em 100% dos 217 Municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2022, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R$ 74 milhões. **Assuntos Regulatórios.** A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") através da Resolução Homologatória nº 3.102/2022 a ANEEL homologou o Reajuste Tarifário Anual da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão") com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2022 a 27 de agosto de 2023, com um reajuste de 1,62% (um vírgula sessenta e dois por cento positivo), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores do Estado do Maranhão. **Relatório de Ações Sociais.** Energia é um serviço essencial para as pessoas, este fato é inegável, o diferencial está em como esse serviço é ofertado aos clientes. Além de primar pela qualidade deste produto, a Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia oferece informação, desenvolvimento e cidadania por meio de suas ações e projetos e com pessoas engajadas. Desde o leiturista até o presidente, todos temos um compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado. Nossos colaboradores estão empenhados em identificar o que é importante para a comunidade/sociedade e trabalham para entregar mais do que energia elétrica de qualidade. Nossas ações refletem a estratégia de responsabilidade social empresarial da Equatorial Maranhão, levando em consideração ações de ESG e falar de ESG é falar de meio ambiente (Environment), de social (Social) e de governança corporativa (Governance), é pensar em tudo o que fazemos hoje e assumir o compromisso de trabalhar pelo futuro que queremos para as próximas gerações. A Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu a Agenda 2030, um pacto global com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas pelo planeta e pela sociedade. Compromissos e ações que tragam mudanças radicais até o ano de 2030. O Grupo Equatorial é signatário do pacto desde 2022, priorizando os seguintes ODS: Educação de qualidade, Energia limpa e acessível e Ação contra a mudança global do clima. O nosso compromisso é, acima de tudo, com a qualidade de vida das pessoas, contribuindo com uma transformação estrutural do nosso Estado e primando pela nossa missão que é distribuir energia com qualidade para assegurar o desenvolvimento do Maranhão. Em 2022 executamos: • 10 projetos esportivos por meio por meio da **Lei de Incentivo Estadual ao Esporte;** • 56 projetos culturais por meio da **Lei de Incentivo Estadual à Cultura;** • 1 projeto cultural executado por meio da **Lei Federal de Incentivo à Cultura;** • 2.869 geladeiras distribuídas no **E+ Geladeira Nova;** • 102.661 Lâmpadas trocadas no **E+ Comunidade;** • 92.080 novas famílias cadastradas na **Tarifa Social Baixa Renda;** • +1 milhão de famílias cadastradas na **Tarifa Social Baixa Renda;** • 5.285 toneladas de resíduos no **E+Reciclagem;** • Cerca de R$ 296.879,00 em bônus no **E+Reciclagem;** • 1.727 novos clientes cadastrados no **E+Reciclagem;** • 18 postos de coleta no **E+Reciclagem;** • 4 municípios com postos **E+Reciclagem**; • 483 palestras sobre economia e segurança com energia por meio do **E+Educação;** • 38 cursos de qualificação profissional realizados por meio do **E+Profissional;** • 744 alunos formados por meio do **E+Profissional;** • 45 novos eletricistas formados pela **Escola de Eletricistas;** • 2 sistemas de energia fotovoltaica instalados em hospitais no **E+Energia do Bem;** • 2 sistemas de energia solar fotovoltaicas instalados por meio do **E+Energia do Bem;** • Manutenção do 1º eletroposto do Maranhão entregue por meio do **E+Mobilidade;** • 10 bicicletas elétricas disponíveis para população por meio do **E+Mobilidade;** • +1 veículo elétrico adicionado à frota da Equatorial por meio do **E+Mobilidade totalizando 3 veículos na frota. Totalizando aproximadamente 3 milhões de pessoas alcançadas pelos projetos da Equatorial Maranhão. Entre os programas sociais em que a Equatorial Maranhão está envolvida, destacam-se: E+ ESPORTE e E+CULTURA.** Desde 2012 a Equatorial Maranhão se utiliza das Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte para patrocínio a projetos culturais e esportivos. Nos primeiros anos era um processo mais reativo, os proponentes dos projetos procuravam a empresa e o projeto era analisado e, se aprovado, firmava-se um compromisso. A partir de 2014 iniciamos a política de editais e passamos a receber um número maior de projetos e assim, conhecer uma gama de propostas que antes não chegavam ao nosso conhecimento, bem como houve uma democratização do acesso aos recursos das Leis de Incentivo. Gradualmente esse número aumenta e percebe-se que as pessoas sabem como chegar à empresa com suas propostas. Entretanto em 2020 e 2021, por causa da pandemia do Covid-19 que assolou o mundo, optamos por não realizar o edital porque não tínhamos ambiência para realizá-lo. Em 2022 voltamos a receber propostas e um mapeamento dos projetos aprovados pelas leis de incentivo, uma vez que eles são publicados no diário oficial do Estado e também criamos a plataforma projetosequatorial.com.br onde qualquer pessoa do estado que tenha um projeto aprovado nas Leis de Incentivos Estaduais possam submeter ao Comitê de Seleção de Projetos da Equatorial Maranhão. A Equatorial Maranhão acredita no poder de transformação por meio do esporte e por isso investir em projetos que tragam novas perspectivas a crianças e adolescentes tem sido uma das prioridades da Companhia. Assim patrocinamos diversas iniciativas que buscam a inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte, a exemplo da copa de basquete em cadeira de rodas e apoio ao Centro Desportivo Maranhense para Cegos - CEDEMAC. Destacamos ainda entre os projetos esportivos aprovados em 2022 o apoio ao Sampaio Basquete, time que representa o Maranhão na Liga de Basquete Feminino, Ações Esportivas do Jaracaty, projeto social que oferece aulas de judô, tênis de mesa e futsal para mais de 150 crianças e adolescentes no bairro do Jaracaty, em São Luís e na cidade de São Mateus apoiamos o São Mateus do Amanhã com aulas de Judô. Na área cultural, primamos pela valorização da cultura local sempre e é parte do nosso empenho em levar para o nosso cliente mais do que energia com qualidade, mas também acesso ao que temos de mais rico no Estado, nossa cultura popular. A Equatorial Maranhão se reconhece e se identifica cada vez como uma empresa que apoia e valoriza a cultura maranhense. Ao longo desse ano 2022 com o retorno das atividades presenciais foram realizados festivais de música (Lençóis Jazz e Blues Festival, Festa da Música do Maranhão), estímulo aos artistas locais com teatro, música e publicações e tivemos uma forte presença no São João e no Natal com projetos que marcavam o retorno do povo às ruas. **E+ ENERGIA VOLUNTÁRIA.** O programa de voluntariado, E+Energia Voluntária, foi retomado em 2022 após quase 2 anos sem que suas atividades fossem realizadas pelos protocolos de segurança impostos pela pandemia da covid-19. Em 2022 realizamos ações de Natal em todas as regionais e na Sede São Luís. Tivemos um engajamento de mais de 400 pessoas com adoção de cartinhas que foram escritas por crianças para o bom velhinho e adotadas por nossos colaboradores. **E+ PROFISSIONAL.** Em 2021 retomamos o programa de qualificação profissional com o E+ Profissional, que tem como objetivo promover, de forma totalmente gratuita, cursos de formação e qualificação, para clientes cadastrados na tarifa social de energia elétrica, contribuindo assim para que mais pessoas estejam preparadas e tenham mais oportunidades no mercado de trabalho ou ainda montar pequenos negócios oferecendo seus serviços. Em 2022 por meio do E+ profissional atendemos mais de 1000 pessoas em 17 municípios e 38 cursos realizados. Entre esses o destaque é para a Escola de Eletricistas, parceria entre Equatorial e SENAI que formou 45 pessoas como eletricistas prontos para atuar na rede de energia elétrica e 50% deles foram contratados por empresas parceiras da Equatorial MA. **E+ RECICLAGEM.** O programa E+Reciclagem recebeu mais de 5 mil toneladas de resíduos em 2022. São 18 postos em 4 municípios, com a maioria deles na capital, São Luís. Os resíduos deixados no E+Reciclagem geraram ainda, mais de R$ 296 mil em descontos nas faturas de energia dos clientes e instituições sociais e foram trocadas mais de 100 mil lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas de led. Por meio desse programa o Centro São José Operário recebeu um biodigestor onde é possível produzir gás de cozinha e fertilizantes a partir da utilização de resíduos orgânicos. **Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R$ 3,890 bilhões (excluída a receita de construção), 20% de redução em relação ao mesmo período do ano anterior. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2022, o total de custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, excluindo depreciação, amortização foi de R$ 3,663 bilhões, redução de 7% na comparação com 2021. **Custos e despesas operacionais gerenciáveis.** Em 2022, o total de custos e despesas gerenciáveis da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, excluindo a PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) e as provisões para contingências, atingiram R$ 541 milhões. Neste ano, PECLD e perdas totalizaram R$39 milhões, o que representa 0,7% da Receita Bruta (desconsiderando os custos de construção), mesmo nível observado no ano anterior. **Custos e despesas operacionais não gerenciáveis.** Da mesma forma, analisando variação anual, observamos uma redução de 26% no total de custos e despesas não gerenciáveis. **EBITDA.** Em 2022, o EBITDA Societário atingiu R$ 1,180 bilhões, sendo 20% abaixo dos R$ 1,466 bilhões registrados no ano anterior. **Resultado financeiro.** Em 2022, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 209 milhões, contra R$ 87 milhões negativos reportados em 2021, como efeito do aumento dos custos do serviço da dívida pela elevação dos indexadores econômicos. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Na Equatorial Maranhão, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada pelo incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda, decorrente do benefício de modernização total, obtido junto à SUDENE e válido até 2027. Em 2022, as despesas de IRPJ e CSLL totalizaram R$ 52 milhões, líquido de incentivo fiscal. Neste exercício destacamos que o incentivo fiscal de redução de imposto de renda, registrou o montante de R$ 166 milhões. **Lucro líquido.** Em 2022, a Equatorial Maranhão apurou Lucro Líquido (LL) de R$ 648 milhões, 31% inferior ao obtido no ano anterior. **Endividamento.** No fechamento de 2022, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu o montante de R$ 2.450 milhões. As dívidas da Equatorial Maranhão mantem um perfil equilibrado de vencimentos e custos, especialmente se lembrarmos que a Companhia encerrou o ano com R$ 1,120 bilhões em disponibilidades que contribui para uma dívida líquida, considerando ainda os ativos regulatórios líquidos, de R$ 1,530 bilhões, representando 1,3 vez o EBITDA acumulado dos últimos 12 meses.

Investimentos

ADIÇÃO POR TIPO DE INVESTIMENTO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Manutenção de Rede	69	72	83	73	74	97	79	74	83	97	199
Expansão e melhoria da Rede	301	193	184	217	363	213	174	225	380	357	596
Equipamentos e Sistemas	54	26	39	45	40	38	33	23	27	24	65
Outros Investimentos	18	4	10	5	8	9	11	6	5	30	19
TOTAL	**442**	**295**	**316**	**340**	**486**	**357**	**297**	**329**	**496**	**507**	**879**
PLPT - PROGRAMA LUZ PARA TODOS	178	29	72	76	121	68	81	81	64	36	74
TOTAL	**620**	**324**	**388**	**416**	**607**	**425**	**378**	**409**	**561**	**544**	**953**

Investimentos próprios. Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R$ 879 milhões em 2022, crescimento de 73,1% em relação a 2021. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado. **Relacionamento com auditores externos:** Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs Sérvio Túlio dos Santos, Diretor-Presidente; Tatiana Queiroga Vasques, Diretora de Relações com Investidores; José Jorge Leite Soares, Cristiano de Lima Logrado, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Agnelo Coelho Neto, José Silva Sobral Neto, Mauricio Alvares da Silva Velloso Ferreira, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 27 de março de 2023 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Diretoria Executiva: Sérvio Túlio dos Santos - Diretor Presidente; Tatiana Queiroga Vasques - Diretora de Relações com Investidores; José Jorge Leite Soares - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Agnelo Coelho Neto - Diretor; José Silva Sobral Neto - Diretor; Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira - Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira - Diretor. **Conselho de Administração:** Augusto Miranda da Paz Jr.; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima; José Silva Sobral Neto; Marcos Antônio Lopes Freixo Filho; Tania Sztamfater Chocolat; Marise Grinstein; Edvaldo Luís Risso.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**103.361**	79.999
Aplicações financeiras	6	**948.101**	671.705
Contas a receber de clientes	7	**1.063.888**	1.098.871
Almoxarifado		**40.492**	34.483
Serviços pedidos		**150.824**	143.282
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	**–**	135.965
Impostos e contribuições a recuperar	9	**96.576**	223.330
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**67.354**	64.924
Depósitos judiciais	19	**4.511**	3.530
Outros créditos a receber		**161.031**	245.609
Total do ativo circulante		**2.636.138**	2.701.698
Não circulante			
Aplicações financeiras	6	**1.036**	52.184
Contas a receber de clientes	7	**74.793**	97.717
Serviços pedidos		**5.012**	7.070
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	**–**	105.514
Impostos e contribuições a recuperar	9	**86.229**	60.470
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**32.510**	32.510
Depósitos judiciais	19	**125.641**	115.051
Plano de aposentadoria e pensão	27	**3.670**	3.012
Outros créditos a receber		**22.065**	22.536
Ativo financeiro da concessão	11	**3.332.039**	2.762.771
Investimentos		**4.839**	623
Intangível	12	**1.482.194**	1.520.602
Ativos de contrato	13	**605.601**	336.004
Direito de uso		**1.092**	1.561
Total do ativo não circulante		**5.776.721**	5.117.625
Total do ativo		**8.412.859**	7.819.323

	Notas	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	**509.919**	610.836
Empréstimos e financiamentos	15	**109.680**	112.167
Debêntures	16	**161.969**	511.204
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	**283**	45
Passivo de arrendamento		**656**	836
Impostos e contribuições a recolher	17	**106.221**	123.121
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	18.3	**75.693**	86.017
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		**22.719**	19.136
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	**25.005**	–
Contribuição de iluminação pública		**16.837**	13.394
Encargos setoriais		**93.975**	85.698
Participação nos lucros		**37.628**	37.799
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	19	**18.758**	30.910
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	**488.834**	81.925
Dividendos a pagar	21	**116.055**	191.072
Outras contas a pagar		**100.816**	175.717
Total do passivo circulante		**1.885.048**	2.079.877
Não circulante			
Fornecedores	14	**10.223**	10.849
Empréstimos e financiamentos	15	**1.879.903**	1.398.815
Debêntures	16	**298.957**	146.729
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	**51.779**	8.166
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	**176.841**	–
Passivo de arrendamento		**470**	789
Impostos e contribuições a recolher	17	**3.912**	3.712
Encargos setoriais		**10.890**	17.248
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	19	**104.159**	98.499
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	**–**	501.158
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.1	**516.165**	476.104
Plano de aposentadoria e pensão	27	**8.908**	5.763
Outras contas a pagar		**15.353**	7.768
Total do passivo não circulante		**3.077.560**	2.675.600
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	**1.651.592**	1.651.592
Ajuste de avaliação patrimonial		**(24.380)**	(11.672)
Reserva de capital		**48.268**	39.099
Reservas de lucros	22.2	**1.774.771**	1.384.827
Total do patrimônio líquido		**3.450.251**	3.063.846
Total do passivo e patrimônio líquido		**8.412.859**	7.819.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

					Reservas de lucros					
	Notas	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.479.713	1.290	27.160	27.810	144.069	1.174.569	142.632	–	2.997.243
Resultado abrangente do exercício										
Resultado de *hedge accouting* de fluxo de caixa		–	(14.265)	–	–	–	–	–	–	(14.265)
Benefícios pós emprego - resultados atuariais		–	1.303	–	–	–	–	–	–	1.303
Valor justo das opções de compra - *Vesting period*		–	–	11.939	–	–	–	–	–	11.939
Aumento de capital		171.879	–	–	(27.810)	(144.069)	–	–	–	–
Destinação do resultado										
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	943.423	943.423
Reserva legal		–	–	–	39.940	–	–	–	(39.940)	–
Reserva de incentivo fiscal		–	–	–	–	144.620	–	–	(144.620)	–
Dividendos										
Dividendos adicionais distribuídos		–	–	–	–	–	–	(142.632)	–	(142.632)
Dividendos intermediários pagos		–	–	–	–	–	(75.606)	–	(467.843)	(543.449)
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	–	(189.716)	(189.716)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	–	(42.273)	143.577	(101.304)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.651.592	(11.672)	39.099	39.940	144.620	1.056.690	143.577	–	3.063.846
Resultado abrangente do exercício										
Resultado de *hedge accouting* de fluxo de caixa	29.4	–	**(11.996)**	–	–	–	–	–	–	**(11.996)**
Resultado abrangente - Ganhos atuariais		–	**(712)**	–	–	–	–	–	–	**(712)**
Valor justo das opções de compra - *Vesting period*	23.3	–	–	**9.169**	–	–	–	–	–	**9.169**
Destinação do resultado										
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	**648.145**	**648.145**
Reserva legal	23.2	–	–	–	**24.131**	–	–	–	**(24.131)**	–
Reserva de incentivo fiscal	23.2	–	–	–	–	**165.519**	–	–	**(165.519)**	–
Dividendos										
Dividendos adicionais distribuídos	22	–	–	–	–	–	–	**(143.577)**	–	**(143.577)**
Dividendos mínimos obrigatórios	22	–	–	–	–	–	–	–	**(114.624)**	**(114.624)**
Dividendos adicionais propostos	22	–	–	–	–	–	–	**343.871**	**(343.871)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.651.592**	**(24.380)**	**48.268**	**64.071**	**310.139**	**1.056.690**	**343.871**	**–**	**3.450.251**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	23	**4.842.716**	5.389.645
Energia elétrica comprada para revenda	25	**(2.022.692)**	(2.740.809)
Custo de construção		**(952.638)**	(544.019)
Custo da operação		**(412.075)**	(354.310)
Custos de energia elétrica, construção e operação	24	**(3.387.405)**	(3.639.138)
Lucro bruto		**1.455.311**	1.750.507
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	24	**(171.621)**	(163.891)
Despesas gerais e administrativas	24	**(172.019)**	(239.638)
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável	24	**(39.235)**	(69.271)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	**(123.023)**	(34.745)
Total de despesas operacionais		**(505.898)**	(507.545)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		**949.413**	1.242.962
Receitas financeiras		**349.198**	203.936
Despesas financeiras		**(558.414)**	(290.911)
Resultado financeiro	26	**(209.216)**	(86.975)
Resultado antes dos impostos sobre lucro		**740.197**	1.155.987
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.4	**(51.991)**	(112.834)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.4	**(40.061)**	(99.730)
		(92.052)	(212.564)
Lucro líquido do exercício		**648.145**	943.423
Lucro por ação básico e diluído - R$			
Ação ordinária	22.4	**3,94767**	5,74613
Ação preferencial nominal - A	22.4	**3,94767**	5,74613
Ação preferencial nominais - B	22.4	**3,94767**	5,74613
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do exercício (em milhares de ações)		**164.184**	164.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**648.145**	943.423
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Benefícios pós emprego - resultados atuariais	**(712)**	1.303
Resultado de *hedge accouting* de fluxo de caixa	**(11.996)**	(14.265)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**(12.708)**	(12.962)
Total resultados abrangentes	**635.437**	930.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas		
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	**6.630.761**	7.082.580
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	**(39.235)**	(69.271)
Outras despesas (receitas) não recorrentes	**143**	11
	6.591.669	7.013.320
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	**(2.975.330)**	(3.284.828)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(396.446)**	(388.196)
Outras despesas	**(140.394)**	(52.777)
	(3.512.170)	(3.725.801)
Valor adicionado bruto	**3.079.499**	3.287.519
Depreciação e amortização	**(230.323)**	(222.561)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**2.849.176**	3.064.958
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**359.860**	213.539
	359.860	213.539
Valor adicionado total a distribuir	**3.209.036**	3.278.497
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	**77.202**	88.865
Benefícios	**32.667**	34.125
FGTS	**11.363**	9.908
	121.232	132.898
Tributos		
Federais	**954.275**	896.377
Estaduais	**922.669**	1.012.548
Municipais	**1.792**	1.725
	1.878.736	1.910.650
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	**281.017**	226.316
Aluguéis	**2.509**	615
Outros	**277.397**	64.595
	560.923	291.526
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos a lucros retidos	**458.495**	467.843
Lucros retidos	**189.650**	475.580
	648.145	943.423
Valor adicionado	**3.209.036**	3.278.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**648.145**	943.423
Ajustes para:		
Amortização	**230.323**	222.561
Baixa de intangível, financeiro e contratual	**34.132**	16.624
Atualização do ativo financeiro	**(167.507)**	(406.158)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	**186.642**	221.088
Perdas com instrumentos derivativos	**66.808**	53
Ajuste a valor presente	**18.490**	64
Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**39.040**	71.019
Provisão e atualização de processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	**30.707**	26.667
Provisão e atualização de encargos setoriais	**37.566**	47.003
Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros	**(52.713)**	(873.602)
Rendimentos de aplicações financeiras	**(125.821)**	(52.119)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**51.991**	112.834
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**40.061**	99.730
Participação de lucros	**26.479**	32.533
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	**247.141**	–
Valor justo das opções de compra	**15.256**	19.687
Plano de aposentadoria e pensão	**2.225**	5.414
Provisão para perda de estoque	**19.008**	–
	1.347.973	486.821
Variações em:		
Contas a receber de clientes	**377**	(211.146)
Serviços pedidos	**1.680**	(14.793)
Depósitos judiciais	**(11.571)**	(10.788)
Almoxarifado	**(6.009)**	(23.999)
Impostos e contribuições a recuperar	**(83.388)**	(5.999)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**(2.430)**	(43.970)
Plano de aposentadoria e pensão	**(450)**	(1.360)
Outros créditos a receber	**35.468**	(135.463)
Fornecedores	**(131.012)**	32.379
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	**(56.901)**	(10.416)
Impostos e contribuições a recolher	**139.084**	275.775
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	**(27.752)**	32.417
Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros	**148.684**	448.210
Encargos setoriais	**(42.804)**	(59.476)
Contribuição de iluminação pública	**3.443**	(3.894)
Participação nos lucros	**(26.650)**	(27.001)
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	**(37.199)**	(30.436)
Outras contas a pagar	**(23.822)**	109.781
Caixa proveniente (utilizado) nas atividades operacionais	**(121.252)**	319.821
Juros pagos	**(180.387)**	(175.784)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.046.334**	630.858
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições nos ativos de contrato	**(817.628)**	(462.197)
Resgates (aplicações) financeiros	**(99.427)**	714.289
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	**(917.055)**	252.092
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(110.490)**	(907.905)
Captação de empréstimos e financiamentos	**540.245**	764.184
Captação de debêntures	**298.721**	–
Amortização de debêntures	**(500.000)**	(194.079)
Dividendos pagos	**(333.218)**	(215.033)
Dividendos intermediários pagos	**–**	(543.327)
Amortização do passivo de arrendamento	**(1.175)**	(2.249)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(105.917)**	(1.098.409)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**23.362**	(215.459)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**79.999**	295.458
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**103.361**	79.999
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**23.362**	**(215.459)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

D4Sign f92eb889-cc31-4691-9642-88ff19940afa - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

continuação

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | Companhia Aberta de Capital Autorizado | CNPJ/MF nº 06.272.793/0001-84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Maranhão") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Maranhão com 331.937(*) km², atendendo, em 31 de dezembro de 2022, 2.676.731(*) consumidores em 217 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). (*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. **1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 060/2000 (Contrato de Concessão), assinado em 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de agosto de 2030, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária componham o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração. **1.2. Impactos da Covid-19:** A Companhia não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Desde março de 2020, a Companhia adotou medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, tendo retornado às suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis. **1.3. Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia:** Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre esses países. A invasão interrompeu o fluxo comercial já estabelecido e desvia parte da demanda de importação de energia da Rússia para outros mercados e, recebe ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa. Durante o exercício de 2022, o petróleo e o gás natural atingiram preços de US$ 130/bbl. e US$ 13/mmbtu, respectivamente. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de aproximadamente 7% em relação a 31 de dezembro de 2021. As ramificações desses eventos impactam as matrizes produtivas das economias globais por meio do aumento dos preços e, paralelamente, há um aumento quase proporcional dos preços internos, desencadeando um aumento da taxa de juros (inflação), volatilidade dos preços dos insumos utilizados pela Companhia e reduz o poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e foram considerados quando da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de março de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. **2.3. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas no resultado. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.4.1. Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Contas	Notas explicativas	Descrição
Contas a receber de clientes	7	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada.
Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	7.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	8	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	11	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	12	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	13	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	18.1	Julgamento para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
Provisão para riscos judiciais	19	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Planos de opção de compra de ações	22.3	Probabilidade de exercício de opções.
Receita operacional líquida	23	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefício pós-emprego	27	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com beneficiários da assistência médica pós-emprego.
Instrumentos financeiros e Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	28 e 28.4	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

2.4.2. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia de valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 28.3 – Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros. **3. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.18 – Principais mudanças nas políticas contábeis. **3.1. Receita operacional: 3.1.1. Reconhecimento de receita:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtiver controle desse ativo. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir: **(i) Distribuição:** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que corresponde ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês; que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. **(ii) Disponibilidade de rede elétrica:** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. **(iii) Construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos" no passivo circulante. **3.3. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável):** O Contrato de Concessão, celebrado entre a União (poder concedente – outorgante) e a Companhia (concessionária – operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outro que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. A Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor de novo dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de Valor Novo de Reposição (VNR), Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a revisão e atualidade do serviço concedido. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.4. Ativos intangíveis: 3.4.1. Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes:** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **3.4.2. Obrigações especiais:** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. **3.4.3. Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.5. Ativos de contrato:** Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.6. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.7. Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros:** As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.8. Subvenção e assistência governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício, objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **(a) Benefícios fiscais:** Em 08 de agosto de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0101/2018, que outorga à Equatorial Maranhão o direito a redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027. **(b) Benefícios para reinvestimentos:** São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área da SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os valores são recolhidos ao Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou recondicionados. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **3.9.1. Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.9.2. Imposto de renda e contribuição social diferido:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.10. Benefícios a empregados: 3.10.1. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.10.2. Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **3.10.3. Planos de benefício definido:** A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pela Companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefício definido são reconhecidos no resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **3.10.4. Planos de opção de compra de ações:** A Equatorial Energia S.A. (controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações a executivos alocados na Companhia. A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos). O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*). **3.11. Capital social: 3.11.1. Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.11.2. Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. **3.12. Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com a norma ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, que determina que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.13. Instrumentos financeiros: 3.13.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.13.2. Classificação e mensuração subsequentes: (a) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.13.3. Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.13.4. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.13.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo. ***(a) Hedge* de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº 28.5.c – Risco de mercado. **3.14. Redução ao valor recuperável (*Impairment*): 3.14.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; • As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e • Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa n° 28.5.g – Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) para maiores detalhes. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. **3.14.2. Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que Companhia já reconhece estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.14.2.1. Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas efetivas:** A prática adotada de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) do Grupo Equatorial avalia o risco de crédito dos valores recebíveis após 5 (cinco) anos das faturas e parcelamentos, estabelecendo um percentual de estimativa das perdas esperadas de acordo com as faixas de atraso do *aging list*. A estimativa de perdas esperadas é demonstrada em uma matriz de provisão, a qual é resultado do estudo de comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de maneira coletiva. Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 10 anos, baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.14.3. Ativos não financeiros:** A Companhia possui uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia concluiu que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.15. Ajuste a valor presente (AVP): 3.15.1. Parcelamentos de contas a receber:** A Companhia utiliza 12,48%, como taxa de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. **3.15.2. Outros ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.16. Provisão para riscos judiciais:** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.17. Demonstração de valor adicionado (DVA):** A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **3.18. Principais mudanças nas políticas contábeis: 3.18.1. Novas normas, alterações e interpretações:** O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 19				
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	*Annual improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework*	01/10/2021	01/01/2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do *Proceeds before Intended Use*, as receitas de teste foram registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos, assim como os demais itens, não são relevantes

3.18.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes: A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	*Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction*	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) –Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de *sale and laseback*	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia

4. Assuntos regulatórios: 4.1. Bandeiras tarifárias: Por meio da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a CREG determinou a cobrança da "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R$ 14,20 a cada 100 quilowatt-hora consumidos, para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção dos beneficiários da tarifa social. Com isso, ocorre um aumento da receita de bandeira a partir de setembro de 2021. A partir de 1º de julho de 2022, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, serão as definidas no Ábaco de Acionamento das Bandeiras Tarifárias, de acordo com a Resolução homologatória nº 3.051 de 21 de junho de 2022. Os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de 29,89 R$/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, 65,00 R$/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de 97,95 R$/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha. O reconhecimento de receita ocorre mensalmente, na referida competência, conforme demonstrado nas notas do contas a receber e receita e, refere-se, ao total faturado de bandeira tarifaria conforme acordo do mês, bem como os valores a receber ou a repassar da CCRBT. Em 2022 e 2021, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

	Cor da bandeira	
	2022	**2021**
Janeiro	Vermelha Escassez Hídrica	Amarela
Fevereiro	Vermelha Escassez Hídrica	Amarela
Março	Vermelha Escassez Hídrica	Amarela
Abril	Vermelha Escassez Hídrica/Verde	Amarela
Maio	Verde	Vermelha Patamar 1
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Verde	Vermelha Patamar 2
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 2
Setembro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Outubro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Novembro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Dezembro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica

4.2. Sobrecontratação de energia: As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs). A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 102,29% em 31 de dezembro de 2022 (102,51% em 31 de dezembro de 2021) que ainda está dentro do limite de repasse para as tarifas. **4.3. Reajuste Tarifária Anual (RTA) 2022:** Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.102, de 23 de agosto de 2022, foram reajustadas, em média, 1,62%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora. Neste processo, as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como: Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de desenvolvimento energético (CDE), que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores. **4.4. Encargos regulatórios:** A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** – Percentuais mínimos a aplicar, estabelecidos pela Lei nº. 9.991/2000, alterada pela Lei nº 14.120/2021 (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE)), da tabela a seguir:

Até 31/12/2022						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	até 0,12	0,1

• Conta de desenvolvimento energético (CDE); • Encargo de serviços do sistema (ESS); e • Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). A receita já está apresentada líquida desses encargos na demonstração do resultado. Nota explicativa n° 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	**18.740**	12.870
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	**3.286**	45.677
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	**27.750**	12.009
Cotas de fundos de investimentos	**14**	5
Certificado de Depósito Bancário – CDB	**37.735**	4.447
Títulos públicos	**8.386**	–
Fundo de investimento aberto	**7.450**	4.991
Subtotal de equivalentes de caixa	**84.621**	67.129
Total	**103.361**	79.999

(a) Referem-se a fundos de investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, equivale a 102,31% do CDI (98,78% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. Aplicações financeiras

	2022	2021
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimentos	**588.498**	511.607
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	**132.523**	116.418
Títulos públicos	**85.171**	29.972
Letra financeira	**79.759**	13.434
Fundos abertos (c)	**18.690**	274
Recursos Vinculados	**43.460**	–
Total circulante	**948.101**	671.705
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários (d)	**1.036**	52.184
Total	**949.137**	723.889

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas; (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), gerido pela Vinci Partners, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 14 – Fornecedor. (c) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), operações compromissadas, títulos públicos, depósitos à prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e (d) Referem-se a aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, equivale a 106,52% do CDI (110,61% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

continua

D4Sign f92eb889-cc31-4691-9642-88ff19940afa - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

continuação

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | Companhia Aberta de Capital Autorizado | CNPJ/MF nº 06.272.793/0001-84

7. Contas a receber de clientes: 7.1. Composição dos saldos

	2022				2021			
		Vencidos				Vencidos		
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	**101.742**	**161.257**	**525.984**	**788.983**	108.975	184.736	461.240	754.951
Industrial	**15.191**	**1.502**	**12.868**	**29.561**	17.951	2.269	18.828	39.048
Comercial	**39.279**	**6.812**	**48.360**	**94.451**	55.564	17.621	54.936	128.121
Rural	**13.737**	**10.050**	**40.784**	**64.571**	15.523	11.738	31.285	58.546
Poder público	**34.518**	**10.999**	**10.861**	**56.378**	38.702	6.725	6.633	52.060
Iluminação pública	**8.314**	**1.329**	**1.002**	**10.645**	7.549	1.305	1.916	10.770
Serviço público	**20.511**	**7.470**	**3.570**	**31.551**	23.489	13.373	4.677	41.539
Contas a receber de consumidores faturados	**233.292**	**199.419**	**643.429**	**1.076.140**	267.753	237.767	579.515	1.085.035
Residencial	**100.692**	**14.368**	**206.040**	**321.100**	135.021	16.637	179.158	330.816
Industrial	**1.275**	**100**	**8.908**	**10.283**	2.161	225	10.261	12.647
Comercial	**7.131**	**824**	**23.900**	**31.855**	11.729	1.214	24.776	37.719
Rural	**6.614**	**689**	**6.869**	**14.172**	7.817	663	6.129	14.609
Poder público	**28.365**	**731**	**1.180**	**30.276**	38.760	438	1.235	40.433
Iluminação pública	**11.612**	**171**	**544**	**12.327**	14.372	283	536	15.191
Serviço público	**22.525**	**1.322**	**890**	**24.737**	42.070	855	1.082	44.007
Parcelamentos (a)	**178.214**	**18.205**	**248.331**	**444.750**	251.930	20.315	223.177	495.422
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	**132.173**	–	–	**132.173**	166.876	–	–	166.876
Baixa renda (c)	**54.266**	–	–	**54.266**	45.856	–	–	45.856
Outras	**92.823**	–	–	**92.823**	87.329	–	–	87.329
Subtotal	**690.768**	**217.624**	**891.760**	**1.800.152**	819.744	258.082	802.692	1.880.518
(-) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	**(53.582)**	**(24.298)**	**(583.591)**	**(661.471)**	(103.741)	(31.326)	(548.863)	(683.930)
Total contas a receber de clientes	**637.186**	**193.326**	**308.169**	**1.138.681**	716.003	226.756	253.829	1.196.588
Circulante	–	–		**1.063.888**	–	–	–	1.098.871
Não circulante (d)	–	–		**74.793**	–	–	–	97.717

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m.. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R$ 18.490 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 64 em 31 de dezembro de 2021), em contrapartida ao resultado financeiro; (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil; (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e (d) Os parcelamentos a vencer a partir de janeiro de 2024, líquidos de AVP, no valor de R$ 88.255 (R$ 139.585 em 31 de dezembro de 2021) e outras contas a receber no valor de R$ 7.940 (R$ 10.002 em 31 de dezembro de 2021), estão classificados no ativo não circulante e apresentados líquidos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no montante de R$ (21.402) (R$ (51.870) em 31 de dezembro de 2021). **7.2. Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber**

	2021	Provisões (adições) (a)	Reversões (a)	2022
Contas a receber de consumidores faturados	386.944	**65.040**	**(63.320)**	**388.664**
Parcelamentos	278.622	**14.884**	**(38.751)**	**254.755**
Contas a receber de consumidores não faturados	5.156	**1.059**	**(2.515)**	**3.700**
Outras	13.208	**2.062**	**(918)**	**14.352**
Total	683.930	**83.045**	**(105.504)**	**661.471**

	2020	Provisões (adições) (a)	Reversões (a)	2021
Contas a receber de consumidores faturados	338.717	52.627	(4.400)	386.944
Parcelamentos	258.574	23.826	(3.778)	278.622
Contas a receber de consumidores não faturados	4.322	58.679	(57.845)	5.156
Outras	11.298	48.768	(46.858)	13.208
Total	612.911	183.900	(112.881)	683.930

(a) A movimentação líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, gerou reversão de R$ (22.459) (provisão de R$ 71.019 em 31 de dezembro de 2021), sendo R$ (22.264) (R$ 69.271 em 31 de dezembro de 2021) com impacto no resultado operacional e R$ (195) (R$ 1.748 em 31 de dezembro de 2021) no resultado financeiro do exercício. A variação da movimentação negativa, no montante de R$ (93.478), foi resultado, principalmente, do impacto de reversão de PECLD de títulos baixados (vencidos há mais de 10 anos) no valor de R$ (49.742), somados a despesas de R$ (59.571), referente a revisão de estimativa ocorrida durante o exercício de 2022. Adicionalmente, houve também o reconhecimento de baixas para perdas no montante de R$ 61.499 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2021), resultando no efeito total de R$ 39.235 (R$ 69.271 em 31 de dezembro 2021) no resultado operacional do exercício.

8. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	2021	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Transferências	2022
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	7.684	**5.486**	**21.364**	**5.281**	–	–	–	**39.815**
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	4.802	**1.257**	**6.498**	**1.919**	–	–	–	**14.476**
Rede básica	33.689	**19.534**	**(17.902)**	**3.461**	–	–	–	**38.782**
Compra de energia CVA (b)	213.914	**(212.524)**	**(50.070)**	**10.012**	–	–	–	**(38.668)**
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	305.639	**(283.523)**	**43.289**	**19.629**	–	–	–	**85.034**
(-) Repasse da Conta-Covid – Parcela A (d)	(88.872)	–	**100.478**	**(1.206)**	–	–	**(14.162)**	**(3.762)**
	476.856	**(469.770)**	**103.657**	**39.096**	–	–	**(14.162)**	**135.677**
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (e)	(17.120)	**29.279**	**(245)**	**(412)**	–	–	–	**11.502**
Neutralidade	(11.026)	**(5.618)**	**(2.244)**	**(899)**	–	–	–	**(19.787)**
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (f)	(56.043)	**(12.172)**	**12.062**	**(6.295)**	–	–	–	**(62.448)**
Acordo bilateral	138	–	**14**	–	–	–	–	**152**
Risco hidrológico (g)	(135.058)	**64.320**	**(73.198)**	**(4.287)**	–	–	–	**(148.223)**
(-) Repasse da Conta-Covid – Parcela A (d)	(14.162)	–	–	–	–	–	**14.162**	–
Compensação créditos PIS/COFINS – Nota explicativa nº 20	–	–	**347.354**	–	–	**(347.354)**	–	–
Empréstimo escassez hídrica (h)	–	–	–	**(3.731)**	**(48.456)**	–	–	**(52.187)**
CDE Modicidade Tarifária (i)	–	–	**34.487**	–	**(100.228)**	–	–	**(65.741)**
Outros	(2.106)	**(3.275)**	**4.531**	**59**	–	–	–	**(791)**
	(235.377)	**72.534**	**322.761**	**(15.565)**	**(148.684)**	**(347.354)**	**14.162**	**(337.523)**
Total	241.479	**(397.236)**	**426.418**	**23.531**	**(148.684)**	**(347.354)**	–	**(201.846)**
Circulante								
Valores a receber	409.886	–	–	–	–	–	–	**275.921**
Valores a devolver	(273.921)	–	–	–	–	–	–	**(300.926)**
Efeito líquido ativo (passivo)	135.965	–	–	–	–	–	–	**(25.005)**
Não circulante								
Valores a receber	266.733	–	–	–	–	–	–	**34.468**
Valores a devolver	(161.219)	–	–	–	–	–	–	**(211.309)**
Efeito liquido ativo (passivo)	105.514	–	–	–	–	–	–	**(176.841)**
Efeito líquido total	241.479	–	–	–	–	–	–	**(201.846)**

(a) O saldo da CVA CDE foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição da CVA de R$ 57.518, devido ao aumento do pagamento da cota mensal de CDE USO de acordo com as resoluções vigentes, que superaram o valor de cobertura tarifária conforme RTP 2022 e R$ (52.032) referente ao efeito do reajuste; (ii) O impacto da amortização do componente financeiro desse item para esse exercício foi de R$ 21.364; (b) O saldo da CVA de energia teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico (nota explicativa nº 28.5.g. - Risco de escassez de energia (risco hidrológico) e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA positiva no exercício de R$ 84.107, constituições negativas referente aos custos com os contratos de Energia Leilão que realizaram menor em relação a cobertura tarifaria, gerando uma CVA passiva no exercício de R$ (250.511) e R$ (46.120) referente ao efeito do reajuste; (ii) O impacto da amortização do componente financeiro desse item para esse exercício foi de R$ (50.070); (c) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição passiva de R$ (283.523), sendo R$ 35.213 referente à constituição da CVA ESS, R$ (182.601) passivo referente ao repasse de bandeira ESS e R$ (136.135) referente ao efeito do reajuste. O impacto da amortização do componente financeiro desse item para esse exercício foi de R$ 43.289; (d) Referem-se aos repasses da Conta-Covid por meio dos Despachos nº 2.177, 2.353, 2.640, 3.197, 3.490/2020 e 046/2021. O impacto da amortização do componente financeiro desse item para esse exercício foi de R$ 100.478; (e) A constituição do saldo de R$ 29.279 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio de R$ 59,60/MWh inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora de R$ 195,21/MWh. O impacto da amortização do componente financeiro desse item para esse exercício foi de R$ (245); (f) A Resolução Normativa nº 414/2010 estabelece a obrigatoriedade na cobrança de demandas que excederem em mais de 5% os valores previamente contratados por ponto de conexão, sendo esta chamada "ultrapassagem de demanda". Além disso, também determina que seja aplicada cobrança sobre os montantes de energia reativa e demanda de potência reativa que infringirem o limite que resulte em fator de potência igual a 0,92, sendo chamado "excedente de reativos". O valor constituído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ (12.172). O tratamento destas receitas adicionais auferida pelas distribuidoras é calculado conforme o Submódulo 2.1 do PRORET, o qual também define que: a partir da segunda revisão tarifária posterior ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, os valores devem ser subtraídos da Parcela B, proporcionalizados de acordo com o ciclo tarifário da empresa e corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC); (g) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada; (h) Valor referente ao repasse de recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras, para cobertura dos itens previstos no art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, com os seguintes itens: 1)Estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; 2) Custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG; 3) Custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; 4) Diferimentos de que trata o § 1º -I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; 5) Receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEEL; e (i) Refere-se ao valor de R$ 100.228, aportado pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, por meio do Despacho nº 1.959/ANEEL de 21 de julho de 2022. O impacto da amortização do componente financeiro desse item para esse exercício foi de R$ 34.487. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R$ 240.274 (R$ 432.934 em 31 de dezembro de 2021) de bandeira tarifária, sendo que R$ 207.046 (R$ 408.649 em 31 de dezembro de 2021) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R$ 33.227 (R$ 24.285 em 31 de dezembro de 2021) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE. **9. Impostos e contribuições a recuperar**

	2022	2021
Circulante:		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	**47.868**	33.179
INSS	**203**	190
PIS e COFINS	**39.288**	1.547
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) – Nota explicativa nº 20	–	184.383
Outros	**9.217**	4.031
Total circulante	**96.576**	223.330
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	**86.089**	60.329
Outros	**140**	141
Total não circulante	**86.229**	60.470
Totais impostos e contribuições a recuperar	**182.805**	283.800

(a) A Companhia possui impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional, no montante de R$ 133.957 (R$ 93.508 em 31 de dezembro de 2021). **10. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2022		2021	
Empresas	Nota	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado Receita (Despesa)
Outros créditos a receber		**31.844**	**74.907**	20.900	61.658
Entidade é membro do mesmo grupo econômico		**31.831**	**74.907**	20.887	58.223
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**12.764**	**40.728**	12.246	36.163
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**4.639**	**10.341**	2.046	6.986
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**6.870**	**14.848**	3.327	11.332
Equatorial Serviços S.A.	(a)	**1.312**	–	2.072	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(b)	**4.545**	**4.545**	30	52
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	**691**	**619**	48	48
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a)	**79**	**316**	94	306
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a)	**78**	**331**	101	328
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a)	**116**	**407**	115	376
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	**190**	**760**	226	736
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	**86**	**319**	92	301
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	**97**	**367**	107	349
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	**102**	**330**	91	295
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	**134**	**491**	142	462
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	(a)	**128**	**505**	150	489
Entidade é plano de benefício pós-emprego		**13**	–	13	3.435
Equatorial Energia Fundação de Previdência - EQTPREV	(c)	**13**	–	13	3.435
Outras contas a pagar		**(8.595)**	**(27.468)**	(7.196)	(25.242)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico		**(8.595)**	**(27.468)**	(7.196)	(25.242)
Equatorial Energia S.A.	(n)	**(2.744)**	**(2.744)**	–	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**(2.959)**	**(13.096)**	3.989)	(13.896)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**(1.618)**	**(5.216)**	(1.691)	(4.855)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A	(a)	**(1.093)**	**(5.212)**	(1.194)	(5.198)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(a)	**(42)**	**(42)**	–	–
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	**(129)**	**(129)**	–	–
Equatorial Transmissão S.A.	(a)	–	**(955)**	(274)	(1.186)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	**(3)**	**(3)**	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	(a)	**(7)**	**(71)**	(48)	(107)
Contas a receber de clientes			**543**	18	15.068
Entidade é membro do mesmo grupo econômico			**543**	18	14.744
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	–	–	–	12.574
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	–	–	–	1.517
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(e)	–	**543**	–	653
Outros tipos de partes relacionadas		–	–	–	324
Geradora de Energia do Norte S.A.		–	–	–	324
Fornecedores		**(6.991)**	**(46.203)**	(5.026)	(66.188)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico		**(6.991)**	**(46.203)**	(4.906)	(58.203)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(e)	**(1.618)**	**(16.168)**	(1.262)	(14.287)
Equatorial Serviços S.A.	(f)	**(3.457)**	**(10.930)**	(626)	(24.735)
Equatorial Engenharia S.A.	(g)	–	**(30)**	(306)	(393)
Instituto Equatorial	(h)	–	–	(653)	(687)
Enova	(o)	**(107)**	**(378)**	–	–
Equatorial Telecomunicações S.A.	(i)	**(534)**	**(7.728)**	(792)	(8.131)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(j)	**(100)**	**(885)**	(93)	(856)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(j)	**(94)**	**(807)**	(86)	(791)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(j)	**(135)**	**(1.187)**	(130)	(697)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(j)	**(248)**	**(2.111)**	(287)	(2.072)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(j)	**(114)**	**(990)**	(107)	(955)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(j)	**(141)**	**(1.235)**	(155)	(979)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(j)	**(100)**	**(840)**	(88)	(815)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(j)	**(159)**	**(1.336)**	(156)	(1.266)
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	(j)	**(184)**	**(1.578)**	(165)	(1.539)
Outros tipos de partes relacionadas		–	–	(120)	(7.985)
Geradora de Energia do Norte S.A.		–	–	(120)	(7.985)
Dividendos a pagar	(k)	**(116.055)**	–	(191.072)	–
Controladora direta		**(75.562)**	–	(123.522)	–
Equatorial Energia Distribuição S.A.		**(75.562)**	–	(123.522)	–
Outros tipos de partes relacionadas		**(40.493)**	–	(67.550)	–
Eletrobras		**(38.938)**	–	(63.652)	–
Outros		**(1.555)**	–	(3.898)	–
		Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Investimentos em serviço - (bens em comodato)		**4.839**	**(4.839)**	–	–
Entidade é membro do mesmo grupo econômico		**4.839**	**(4.839)**	–	–
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	((l)	**2.186**	**(2.186)**	–	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(m)	**2.653**	**(2.653)**	–	–

(a) O contrato de compartilhamento decorre de reembolso das despesas referentes à infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e a recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica nº 15/2018–SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R$ 82.962 mil ao ano, por um período de 60 meses; (b) Refere-se a despesas com viagens e hospedagens de colaboradores; (c) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar; (d) Os valores com Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. e Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. são provenientes de venda de imobilizado; (e) Os valores com a Equatorial Piauí são provenientes do contrato de uso da rede de energia da Equatorial Maranhão pelos municípios do Estado do Piauí; (f) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de serviços *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses, sendo o valor anual estimado de R$ 14.746; (g) Os valores com a Equatorial Engenharia S.A. são provenientes da prestação de serviços de construção de iluminação e subestações; (h) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão coorporativa; (i) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses; (j) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (k) A variação líquida do exercício no montante de R$ 75.017, refere-se a adição de R$ 258.201 (R$ 143.577 de dividendos adicionais distribuídos de 2021e R$ 114.624 de dividendos mínimos propostos de 2022) e ao pagamento de dividendos no exercício no montante de R$ (333.218), para mais detalhes veja nota explicativa nº 21 - Dividendos a pagar; (l) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A. para à Companhia de Eletricidade do Amapá de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis), 24 (vinte e quatro) e 11 (onze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; (m) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A. para à Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. de forma não onerosa pelo prazo de 32 (trinta e dois) e 13 (treze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; (n) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (Contratante) e a (Contratada) Equatorial Energia S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e (o) Os valores com a Enova são provenientes da compra de material para custeio. **10.1. Remuneração de pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui o Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Administração e Fiscal, o Presidente e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R$ 19.200 (R$ 23.000 em 28 de abril de 2021), conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em 29 de abril de 2022. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 27 - Benefícios pós-emprego (Entidade de previdência privada) e referem-se aos planos de benefícios de previdência privada com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social. Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 22.3 - Planos de opção de compras de ações. Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	2022	%
Números de membros	15	
Remuneração fixa anual	**4.293**	**28%**
Salário ou Pró-labore	**4.014**	**26%**
Benefícios diretos e indiretos	**279**	**2%**
Bônus	**3.724**	**25%**
Outros (INSS parte empresa)	**907**	**6%**
Benefícios pós emprego	**103**	**1%**
Remuneração baseada em ações	**6.164**	**41%**
Valor total da remuneração por órgão	**15.191**	**100%**

10.2. Garantias: A Equatorial Energia S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia, com ônus(*), nos contratos de financiamentos, conforme abaixo listado:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2022 (a)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (2018/2020)	1.219.910	100	27/12/2018	15/05/2030	669.370	646.191
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (2021/2023)	750.849	100	30/03/2021	15/09/2040	937.230	979.485
Caixa Econômica Federal - Contrato Nº 415.866-52/2013 - FINISA	28.626	100	04/10/2013	07/10/2025	27.291	7.763
BNB	44.444	100	14/08/2020	17/07/2023	44.444	13.015
Apólices de seguros	33.011	100	21/01/2022	21/02/2024	N/A	N/A
Total	**2.076.840**				**1.678.335**	**1.646.454**

(a) Os valores atualizados de debêntures e empréstimos, estão líquidos de custo de captação. (*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. **11. Ativo financeiro da concessão:** A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2021	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - Ativo de contrato (b)	Baixas	Outros (d)	2022
Ativo financeiro	3.588.774	**206.461**	**421.337**	**(13.936)**	**(3.314)**	**4.199.322**
Obrigações especiais (c)	(826.003)	**(38.954)**	**(2.329)**	–	**3**	**(867.283)**
Total ativo financeiro	2.762.771	**167.507**	**419.008**	**(13.936)**	**(3.311)**	**3.332.039**

	2020	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - Ativo de contrato (b)	Baixas	Outros (d)	2021
Ativo financeiro	2.655.747	530.381	405.152	(742)	(1.764)	3.588.774
Obrigações especiais (c)	(695.021)	(124.223)	(6.759)	–	–	(826.003)
Total ativo financeiro	1.960.726	406.158	398.393	(742)	(1.764)	2.762.771

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Maiores informações na nota explicativa nº 23 - Receita operacional líquida; (b) Correspondem às transferências do ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; (c) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e (d) Correspondem as reclassificações do ativo financeiro da concessão para o intangível. **12. Intangível:** O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

2022	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,54%	**4.941.093**	**(2.877.270)**	**(581.629)**	**1.482.194**
Total		**4.941.093**	**(2.877.270)**	**(581.629)**	**1.482.194**

2021	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,21%	4.754.492	(2.635.919)	(597.971)	1.520.602
Total		4.754.492	(2.635.919)	(597.971)	1.520.602

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitados à data do contrato de concessão até agosto de 2030, conforme ICPC 01(R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão. **Movimentação do ativo intangível**

	2021	Adições	Baixas (c)	Transferências (a) Ativos de Contrato	Outros	2022
Em serviço	4.754.492	–	**(69.558)**	**257.566**	**(1.407)**	**4.941.093**
(-) Amortização	(2.635.919)	**(291.215)**	**49.359**	–	**505**	**(2.877.270)**
Total em serviço	2.118.573	**(291.215)**	**(20.199)**	**257.566**	**(902)**	**2.063.823**
Obrigações especiais (b)	(1.251.543)	–	–	**(45.718)**	**(7)**	**(1.297.268)**
(-) Amortização	653.572	**62.067**	–	–	–	**715.639**
Total em obrigações especiais	(597.971)	**62.067**	–	**(45.718)**	**(7)**	**(581.629)**
Total	1.520.602	**(229.148)**	**(20.199)**	**211.848**	**(909)**	**1.482.194**

	2020	Adições	Baixas (c)	Transferências (a) Ativos de Contrato	Outros	2021
Em serviço	4.577.502	–	(73.903)	250.381	512	4.754.492
(-) Amortização	(2.409.006)	(285.563)	58.027	–	623	(2.635.919)
Total em serviço	2.168.496	(285.563)	(15.876)	250.381	1.135	2.118.573
Obrigações especiais (b)	(1.229.117)	–	–	(22.223)	(203)	(1.251.543)
(-) Amortização	588.321	65.251	–	–	–	653.572
Total em obrigações especiais	(640.796)	65.251	–	(22.223)	(203)	(597.971)
Total	1.527.700	(220.312)	(15.876)	228.158	932	1.520.602

(a) Correspondem às transferências do ativos de contrato para o intangível; (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e (c) Valores correspondentes às baixas por perda de bens integrantes do ativo imobilizado entre as quais destacamos: baixa de medidores, transformadores e religadores de distribuição, cujos plenos funcionamentos foram comprometidos por avarias ou sinistros. A Companhia avaliou e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. **13. Ativos de contrato:** A movimentação de ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	2021	Adições (d)	Transferências Ativo intangível (a)	Transferências Ativo financeiro (b)	2022
Em curso	482.182	**952.638**	**(257.566)**	**(421.337)**	**755.917**
Total em curso	482.182	**952.638**	**(257.566)**	**(421.337)**	**755.917**
Obrigações especiais (c)	(146.178)	**(52.185)**	**45.718**	**2.329**	**(150.316)**
Total em obrigações especiais	(146.178)	**(52.185)**	**45.718**	**2.329**	**(150.316)**
Total	336.004	**900.453**	**(211.848)**	**(419.008)**	**605.601**

	2020	Adições (d)	Transferências Ativo intangível (a)	Transferências Ativo financeiro (b)	2021
Em curso	593.696	544.019	(250.381)	(405.152)	482.182
Total em curso	593.696	544.019	(250.381)	(405.152)	482.182
Obrigações especiais (c)	(117.450)	(57.710)	22.223	6.759	(146.178)
Total em obrigações especiais	(117.450)	(57.710)	22.223	6.759	(146.178)
Total	476.246	486.309	(228.158)	(398.393)	336.004

(a) Correspondem às transferências do ativos de contrato para o intangível; (b) Correspondem às transferências do ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; (c) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e (d) O montante de R$ 900.453 (R$ 486.309 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no exercício. Deste total, R$ 798.620 (R$ 462.197 em 31 de dezembro de 2021) impactou o caixa da Companhia e, conforme nota explicativa nº 29.1 – Transações que não afetam caixa R$ 29.469 (R$ 4.077 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R$ 60.484 (R$ 13.205 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R$ 11.880 (R$ 6.830 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 15 – Empréstimos e financiamentos. A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

14. Fornecedores

	2022	2021
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	**178.832**	348.222
Encargos de uso da rede elétrica	**57.673**	42.354
Materiais e serviços (b)	**266.423**	215.211
Partes relacionadas - Nota explicativa nº 10	**6.991**	5.049
Total	**509.919**	610.836
Não circulante		
Materiais e serviços (b)	**10.223**	10.849
Total	**10.223**	10.849
Total fornecedores (c)	**520.142**	621.685

(a) O saldo de 31 de dezembro de 2022 teve redução em relação a 31 de dezembro de 2021, com destaque de R$ (137.977) para os menores custos das operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, referente ao efeito de disponibilidade, da contratação de cotas de garantia e exposição financeira que são valoradas ao PLD, e R$ (35.186) tendo como principal motivo, a redução das despesas com a parcela variável, dos contratos por disponibilidade, devido a retração do acionamento das usinas termoelétricas; (b) A composição corresponde, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia no decorrer do exercício. A variação positiva se deve especialmente à curva crescente de aquisição de materiais de rede de distribuição; e (c) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante destas operações é de R$ 46.291 (R$ 41.674 em 31 de dezembro de 2021). Não há pagamento de juros por parte da Companhia e nem recebimento de "rebates financeiros".

15. Empréstimos e financiamentos: 15.1. Composição do saldo

2022	Custo da dívida (%a.a.)	Garantias	Principal e encargos Circulante	Principal e encargos Não circulante	Total
Moeda estrangeira					
Scotiabank[1]	CDI + 1,65%	N/A	**1.865**	**341.058**	**342.923**
Total moeda estrangeira			**1.865**	**341.058**	**342.923**
Moeda nacional					
BNDES	IPCA + 4,11% a 5,96%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	**93.070**	**1.542.275**	**1.635.345**
Banco do Brasil	6,00%	Alienação Fiduciária	**124**	**82**	**206**
BNB	IPCA + 2,98% / CDI + 3,66%	Aval/Fiança	**13.015**	–	**13.015**
Caixa Econômica Federal	6,00%	Aval/Fiança + Recebíveis + Conta Reserva	**2.759**	**5.004**	**7.763**
Subtotal			**108.968**	**1.547.361**	**1.656.329**
(–) Custo de captação			**(1.153)**	**(8.516)**	**(9.669)**
Total moeda nacional			**107.815**	**1.538.845**	**1.646.660**
Total moeda estrangeira e nacional			**109.680**	**1.879.903**	**1.989.583**

2021	Custo da dívida (%a.a.)	Garantias	Principal e encargos Circulante	Principal e encargos Não circulante	Total
Moeda estrangeira					
Scotiabank[1]	CDI + 1,65%	N/A	2.009	364.773	366.782
Total moeda estrangeira			2.009	364.773	366.782
Moeda nacional					
BNDES	IPCA + 4,11%, a 4,95%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	85.670	1.017.450	1.103.120
Banco do Brasil	6,00%	Alienação Fiduciária	124	205	329
BNB	IPCA + 2,98% / CDI + 3,66%	Aval/Fiança	22.444	12.963	35.407
Caixa Econômica Federal	6,00%	Aval/Fiança + Recebíveis + Conta Reserva	2.770	7.733	10.503
Subtotal			111.008	1.038.351	1.149.359
(–) Custo de captação			(850)	(4.309)	(5.159)
Total moeda nacional			110.158	1.034.042	1.144.200
Total moeda estrangeira e nacional			112.167	1.398.815	1.510.982

[1] Considera-se no custo da dívida do ***Scotiabank***, o custo da ponta passiva do ***swap***.

15.2. Movimentação de empréstimos e financiamentos: A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme demonstrada:

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Moeda Estrangeira Passivo circulante	Moeda Estrangeira Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	110.158	1.034.042	2.009	364.773	1.510.982
Ingressos	–	**545.606**	–	–	**545.606**
Encargos (a)	**59.388**	–	**4.899**	–	**64.287**
Variação monetária e cambial	**19.244**	**50.548**	–	**(23.715)**	**46.077**
Transferências	**85.990**	**(85.990)**	–	–	–
Amortizações de principal	**(110.490)**	–	–	–	**(110.490)**
Pagamentos de juros	**(57.326)**	–	**(5.043)**	–	**(62.369)**
Custo de captação (b)	**851**	**(5.361)**	–	–	**(4.510)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**107.815**	**1.538.845**	**1.865**	**341.058**	**1.989.583**

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Moeda Estrangeira Passivo circulante	Moeda Estrangeira Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	776.546	856.508	–	–	1.633.054
Ingressos	–	417.993	–	350.000	767.993
Encargos (a)	48.514	–	4.589	–	53.103
Variação monetária	41.070	45.926	–	14.773	101.769
Transferências	282.576	(282.576)	–	–	–
Amortizações de principal	(907.905)	–	–	–	(907.905)
Pagamentos de juros	(132.858)	–	(2.580)	–	(135.438)
Custo de captação (b)	2.215	(3.809)	–	–	(1.594)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	110.158	1.034.042	2.009	364.773	1.510.982

(a) O montante de R$ 64.287 (R$ 53.013 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a encargos reconhecido no exercício, onde R$ 52.407 (R$ 46.273 em 31 de dezembro de 2021) impactou o resultado financeiro da Companhia e R$ 11.880 (R$ 6.830 em 31 de dezembro de 2021) referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 13 – Ativos de contrato; e (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

15.3. Ingressos

Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
BNDES	220.000	mai-22	Trimestral/ Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 4,11%	Não se aplica
BNDES	139.225	dez-22	Trimestral/ Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 4,11%	Não se aplica
BNDES	186.381	dez-22	Trimestral/ Mensal após carência	Mensal	Investimento	IPCA + 5,96%	Não se aplica
Total	**545.606**						

15.4. Cronograma de amortização da dívida: Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2022 Valor	%
Circulante	**109.680**	**6%**
2024	**318.461**	**16%**
2025	**317.924**	**16%**
2026	**145.120**	**7%**
2027	**145.120**	**7%**
De 2028 até 2040	**961.794**	**48%**
Subtotal	**1.888.419**	**94%**
Custo de captação (não circulante)	**(8.516)**	**0%**
Não circulante	**1.879.903**	**94%**
Total	**1.989.583**	**100%**

15.5. *Covenants* dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

***Covenants* Empréstimos**	***Scotiabank***
1º Dívida líquida/EBITDA: <=3,5	1,3
2º EBITDA/Resultado Financeiro Líquido: >1,5	6,1

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação das demonstrações contábeis da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos. **16. Debêntures: 16.1. Movimentação das debêntures**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	511.204	146.729	657.933
Ingresso	–	**300.000**	**300.000**
Encargos	**77.298**	–	**77.298**
Transferência	**113.586**	**(113.586)**	–
Amortizações de principal (a)	**(500.000)**	–	**(500.000)**
Pagamento de juros	**(82.944)**	–	**(82.944)**
Variação monetária	**41.183**	**(32.907)**	**8.276**
Custo de captação (b)	**1.642**	**(1.279)**	**363**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**161.969**	**298.957**	**460.926**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	184.784	630.704	815.488
Encargos	39.924	–	39.924
Transferência	525.541	(525.541)	–
Amortizações de principal	(194.079)	–	(194.079)
Pagamento de juros	(33.597)	–	(33.597)
Variação monetária	(13.074)	41.566	28.492
Custo de captação (a)	1.705	–	1.705
Saldos em 31 de dezembro de 2021	511.204	146.729	657.933

(a) Em 15 de setembro de 2022, ocorreu a liquidação no vencimento, da 8ª Emissão de Debêntures, no montante de R$ 500.000; e (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

16.2. Ingressos

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
9ª Emissão - Série Única	300.000	jun-22	Semestral	Anual	Giro	CDI + 1,40%	Não se aplica

16.3. Características das debêntures

Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Passivo circulante	Passivo não circulante	Saldo líquido do custo de captação
7ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	115.000	IPCA + 5,54% a.a.	out/16	out/23	**156.753**	–	**156.753**
9ª	(1)/(3)/(4)	Única	300.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	**5.216**	**298.957**	**304.173**
Total							**161.969**	**298.957**	**460.926**

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura. (1) Emissão pública de debêntures simples; (2) Emissão privada de debêntures simples; (3) Não conversíveis em ações; (4) Espécie Quirografária; (5) Debêntures Incentivadas. **16.4. Cronograma de amortização da dívida:** As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2022 Valor	%
Circulante	**161.969**	**34%**
2026	**100.000**	**22%**
2027	**100.000**	**22%**
2028	**100.000**	**22%**
Não circulante	**300.000**	**66%**
Custo de captação - Não circulante	**(1.043)**	**0%**
Total não circulante	**298.957**	**66%**
Total	**460.926**	**100%**

16.5. *Covenants* das debêntures: As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

***Covenants* debêntures**	**7ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA: <=3,25	1,3
2º EBITDA/Resultado Financeiro Líquido: >=1,5	6,1
***Covenants* debêntures**	**9ª debêntures**
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	1,3

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia manteve-se em cumprimentos de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

17. Impostos e contribuições a recolher

	2022	2021
Circulante		
ICMS	**68.801**	97.061
PIS e COFINS	**22.159**	15.162
Encargos sociais e outros	**10.483**	8.006
ISS	**4.778**	2.892
Subtotal	**106.221**	123.121
Não circulante		
ISS	**3.912**	3.712
Subtotal	**3.912**	3.712
Total	**110.133**	126.833

18. Impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos: 18.1. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Ativos de:		
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	**42.022**	44.229
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	**17.888**	38.862
Receitas – CPC 47	**1.112**	872
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	**1.006**	1.016
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	**949**	455
Ajuste a valor presente	**1.983**	1.333
Provisão atuarial	**2.420**	1.817
Swap	**8.773**	–
Outras diferença temporárias	**25.112**	21.185
Total	**101.265**	109.769
Passivos de:		
Diferenças temporárias		
Depreciação acelerada	**(324.761)**	(348.098)
Valor novo de reposição (VNR)	**(287.717)**	(230.765)
Instrumentos financeiros – CPC48	**(4.952)**	(4.952)
Swap	–	(2.058)
Total	**(617.430)**	(585.873)
Total tributo diferido passivo registrado	**(516.165)**	(476.104)

18.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	Reconhecimento no resultado	2022 Valor líquido	2022 Ativo fiscal diferido	2022 Passivo fiscal diferido
Provisão para contingências	44.229	**(2.207)**	**42.022**	**42.022**	–
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	38.862	**(20.974)**	**17.888**	**17.888**	–
Valor novo de reposição (VNR)	(230.765)	**(56.952)**	**(287.717)**	–	**(287.717)**
Depreciação acelerada	(348.098)	**23.337**	**(324.761)**	–	**(324.761)**
Provisão atuarial	1.817	**603**	**2.420**	**2.420**	–
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	455	**494**	**949**	**949**	–
Swap	(2.058)	**10.831**	**8.773**	**8.773**	–
Instrumentos financeiros – CPC48	(4.952)	–	**(4.952)**	–	**(4.952)**
Receitas – CPC 47	872	**240**	**1.112**	**1.112**	–
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	1.016	**(10)**	**1.006**	**1.006**	–
Ajuste a valor presente (AVP)	1.333	**650**	**1.983**	**1.983**	–
Outras despesas não dedutíveis	21.185	**3.927**	**25.112**	**25.112**	–
Total	(476.104)	**(40.061)**	**(516.165)**	**101.265**	**(617.430)**

18.3. Movimentação de impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2020	66.144
IRPJ e CSLL correntes do exercício	112.834
Compensações de IRPJ e CSLL	(125.378)
Tributos retidos/antecipações IR/CS	32.417
Saldo em 31 de dezembro de 2021	86.017
IRPJ e CSLL correntes do exercício	**51.991**
Compensações de IRPJ e CSLL	**(34.563)**
Tributos retidos/antecipações IR/CS	**(27.752)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**75.693**

18.4. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada a seguir:

	2022 IRPJ	2022 CSLL	2021 IRPJ	2021 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	**740.197**	**740.197**	1.155.987	1.155.987
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	**185.049**	**66.618**	288.997	104.039
Adições :				
Provisão para contingências	–	–	1.459	525
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa CPC 48/IFRS09	–	–	72.543	26.115
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	**363**	**131**	966	–
Ajuste a valor presente (AVP)	**478**	**172**	980	353
Valor novo de reposição (VNR)	**9.738**	**3.506**	31.056	11.180
Swap	**10.963**	**3.947**	4.806	1.730
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	–	–	17	6
Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	**177**	**64**	96	35
Instrumentos financeiros – CPC48/IFRS 9	–	–	6.817	2.454
Depreciação acelerada	**23.337**	–	23.440	–
Provisões atuariais	**443**	**160**	1.401	505
Outras provisões	**4.679**	**1.685**	1.339	482
Outras adições permanentes (a)	**24.704**	**10.589**	3.300	165
Total adições (B)	**74.882**	**20.254**	148.220	43.550
Exclusões:				
Provisão para contingências	**(1.623)**	**(584)**	–	–
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber CPC 48/IFRS09	**(15.422)**	**(5.551)**	(61.990)	(22.316)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	**(1.310)**	**(472)**	(2.887)	(1.039)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	–	–	–	(511)
Valor novo de reposição (VNR)	**(51.615)**	**(18.581)**	(132.595)	(47.734)
Swap	**(2.999)**	**(1.080)**	(6.319)	(2.275)
Receitas – CPC 47/IFRS15	–	–	(53)	(19)
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	**(7)**	**(3)**	–	–
Instrumentos financeiros – CPC48/IFRS9	–	–	(10.458)	(3.765)
Outras exclusões	**(1.792)**	**(645)**	(24)	–
Outras exclusões permanentes	**(73)**	**(20)**	–	–
Total exclusões (C)	**(74.841)**	**(26.936)**	(214.326)	(77.659)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	**(17.475)**	**(8.612)**	–	–
Incentivo PAT	**(1.243)**	–	(2.694)	–
Incentivo prorrogação licença maternidade	**(186)**	–	(162)	–
IRPJ e CSLL outros	–	–	(22.942)	(9.569)
Total compensações (D)	**(18.904)**	**(8.612)**	(25.798)	(9.569)
IRPJ subvenção governamental	**(122.820)**	–	(144.620)	–
IRPJ Subvenção Governamental Reinvestimento (b)	**(42.699)**	–	–	–
Total outras deduções (E)	**(165.519)**	–	(144.620)	–
IRPJ e CSLL correntes do exercício (A+B+C+D+E)	**667**	**51.324**	52.473	60.361
IRPJ e CSLL diferidos do exercício	**23.279**	**16.782**	66.495	33.235
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos	**23.946**	**68.106**	118.968	93.596
Alíquota efetiva	**3%**	**9%**	10%	8%

(a) Variação proveniente das adições permanentes realizadas na apuração do IRPJ/CSLL. Adicionalmente foram incluídos os valor R$ 17.475 no IRPJ e R$8.612 na CSLL para tirar o efeito do Prejuízo apurado no 2º Trim/2022 referente ao cálculo do imposto corrente do período; e (b) Em maio de 2022, a empresa recebeu o recurso do incentivo do Reinvestimento do IRPJ previsto na Lei n° 5.508/68 referente ao depósito realizado em 2020. Deste modo, foi reconhecido no exercício findo de 31 de dezembro de 2022 o montante de R$ 42.699 em conta especifica no resultado de incentivo fiscal de reinvestimento. **19. Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2022 Provisão	2022 Depósitos judiciais	2021 Provisão	2021 Depósitos judiciais
Cíveis	**37.123**	**38.488**	42.546	28.340
Fiscais	**70.608**	**75.000**	70.610	76.560
Trabalhistas	**7.801**	**16.664**	9.684	13.681
Regulatórios	**7.385**	–	6.569	–
Total contingências/ depósitos judiciais	**122.917**	**130.152**	129.409	118.581
Circulante	**18.758**	**4.511**	30.910	3.530
Não circulante	**104.159**	**125.641**	98.499	115.051

19.1. Movimentação dos riscos no exercício

	2021 Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	2022 Saldo final
Cíveis	42.546	**29.898**	**(34.648)**	**(9.500)**	**8.827**	**37.123**
Fiscais	70.610	–	–	**(2)**	–	**70.608**
Trabalhistas	9.684	**755**	**(2.551)**	**(254)**	**167**	**7.801**
Regulatórios	6.569	–	–	–	**816**	**7.385**
Total contingências	129.409	**30.653**	**(37.199)**	**(9.756)**	**9.810**	**122.917**

	2020 Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	2021 Saldo final
Cíveis	43.633	26.582	(23.628)	(8.605)	4.564	42.546
Fiscais	61.003	9.604	–	–	3	70.610
Trabalhistas	12.646	2.730	(6.808)	(596)	1.712	9.684
Regulatórios	6.292	–	–	–	277	6.569
Total contingências	123.574	38.916	(30.436)	(9.201)	6.556	129.409

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; **(2)** Reversões realizadas durante o exercício; e **(3)** Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. **19.2. Cíveis:** A Companhia figura como ré em 11.043 processos cíveis em 31 de dezembro de 2022 (12.124 processos em 31 de dezembro de 2021), sendo que 2.784 tramitam em Juizados Especiais (4.284 processos em 31 de dezembro de 2021), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 246.704 (R$ 240.855 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2022	2021
Falha no fornecimento	**6.940**	7.025
Morte por eletroplessão	**9.028**	10.821
Cobrança indevida	**4.623**	4.673
Fraude questionada	**5.799**	6.444
Corte indevido	**2.558**	3.230
Acidente com terceiros	**1.396**	2.057
Falha no atendimento	**2.236**	2.224
Quebra de contrato	**317**	1.449
Outras	**4.226**	4.623
Total	**37.123**	42.546

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2022	2021
Falha no fornecimento	**28.657**	25.243
Morte por eletroplessão	**14.778**	16.379
Acidente com terceiros	**7.020**	12.794
Quebra de contrato	**118.519**	114.229
Incêndio	**60.512**	54.962
Portaria do Departamento Nacional de Águas e Energias Elétricas	**618**	686
Outras	**16.600**	16.562
Total	**246.704**	240.855

19.3. Fiscais: A Companhia figura como ré em 373 processos fiscais em 31 de dezembro de 2022 (326 processos em 31 de dezembro de 2021), sendo 135 processos referentes a Tributos Municipais e 127 Tributos Estaduais. Além dos processos provisionados, existem outros fiscais, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da Companhia, como possível no montante de R$ 28.312 (R$ 26.546 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2022	2021
PIS/COFINS	**70.256**	70.257
Outras	**352**	353
Total	**70.608**	70.610

continua

D4Sign f92eb889-cc31-4691-9642-88ff19940afa - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | Companhia Aberta de Capital Autorizado | CNPJ/MF nº 06.272.793/0001-84

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2022	2021
PIS/COFINS	22.841	21.219
Outras	5.471	5.327
Total	28.312	26.546

19.4. Trabalhistas: O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2022 é composto por 244 reclamações judiciais (291 reclamações em 31 de dezembro de 2021) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, responsabilidade subsidiária, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 1.685 (R$ 1.146 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências trabalhista (prognóstico provável de perda)	2022	2021
Hora extra	1.755	1.893
Responsabilidade subsidiária	507	1.362
Acidente de trabalho	1.367	1.988
Doença ocupacional/profissional	1.503	1.775
Reintegração no emprego	840	809
Estabilidade Provisória	–	207
Outras	1.829	1.650
Total	7.801	9.684

Contingências trabalhista (prognóstico possível de perda)	2022	2021
Hora extra	534	354
Outras	1.151	792
Total	1.685	1.146

19.5. Regulatórios: Em 31 de dezembro de 2022 o valor de R$ 7.385 (R$ 6.569 em 31 de dezembro de 2021) corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas contra a Companhia, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE. **20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores:** Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para: (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocolados até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia registrou: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R$ 756.499; (ii) passivo de R$ 580.587 relativo ao ressarcimento a seus consumidores; (iii) R$ 77.177 como dedução da receita bruta referente ao PIS/COFINS; e (iv) R$ 98.685 como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R$ 4.589. O ativo contendo créditos com a receita federal desde o ingresso com a ação, e o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos, conforme estabelecido no Código Civil Brasileiro. Desta forma, o saldo remanescente aos 10 anos foi reconhecido como receita da Companhia. Em 27 de junho de 2022, foi editada a Lei nº 14.385, que determinou a devolução integral do crédito acrescido da atualização monetária oriundos da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com isso, foi registrado um passivo complementar no montante de R$ 185.364, segregado entre principal, no valor de R$ 79.049 classificado como dedução da receita operacional e atualização financeira de R$ 106.315 como despesa financeira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC sobre o saldo remanescente do ativo, constituindo um complemento de ativo e passivo no montante de R$ 5.964 (R$ 10.062 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, o passivo também foi complementado em R$ 61.777, decorrente da atualização da taxa SELIC sobre o saldo remanescente capturado no reajuste tarifário do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia compensou créditos habilitados pela Receita Federal no montante de R$ 190.347 (R$ 377.037 no exercício de 2021) com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP.

	2022	2021
Ativo (a)		
Circulante – Nota explicativa nº 9	–	184.383
PIS/COFINS consumidores a restituir	–	184.383
Passivo (b)		
Circulante	**488.834**	81.925
Não circulante	–	501.158
PIS/COFINS consumidores a restituir	**488.834**	583.083
Resultado operacional	**2022**	**2021**
PIS/COFINS dedução da receita operacional Lei nº 14.385	**(79.049)**	–
Resultado financeiro		
PIS/COFINS despesa financeira Lei n° 14.385	**(106.315)**	–
PIS/COFINS despesa financeira - Reajuste Tarifário	**(61.777)**	–
Subtotal	**(168.092)**	–
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(247.141)**	–

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia compensou R$ 190.347 de créditos, dentre o qual foi considerado o complemento de atualização no montante de R$ 5.964, devidamente habilitados perante a Receita Federal; e (b) Além do complemento de atualização do passivo de R$ 5.964, após a homologação do processo de revisão tarifária pela ANEEL em agosto de 2021 2021 (válido para o ciclo tarifário 2021 – 2022), R$ 347.354 foi amortizado via Parcela A, em atendimento a nota técnica n° 9/2021–SFF/SGT/SRM/SMA/ANEEL. Para maior detalhamento, veja nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Em Agosto de 2022 foi homologado o processo de revisão tarifária pela ANEEL, Nota técnica n° 168/2022-SGT/ANEEL, cuja amortização para o ciclo 2022-2023 será do saldo restante de R$ 488.834. **21. Dividendos a pagar:** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. (i) Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**648.145**	943.423
(-) Reserva legal	**(24.131)**	(39.940)
(-) Reserva fiscal	**(165.519)**	(144.620)
Lucro líquido ajustado	**458.495**	758.863
Dividendos mínimos obrigatórios	**114.624**	189.716
Dividendos intermediários distribuídos	–	467.843
Dividendos adicionais propostos	**343.871**	101.304
Total de dividendos adicionais – nota explicativa nº 22.2 – Reservas de lucros	**343.871**	569.147
Total dividendos mínimos e adicionais	**458.495**	758.863

(ii) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	73.635
Dividendos adicionais distribuídos de 2020	142.632
Dividendos intermediários distribuídos de 2021	543.449
Dividendos mínimos distribuídos de 2021 – Vide item	189.716
Pagamento de dividendos	(758.360)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	191.072
Dividendos adicionais distribuídos de 2021 (a)	**143.577**
Dividendos mínimos distribuídos de 2022 – Vide item (i)	**114.624**
Pagamento de dividendos (b)	**(333.218)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**116.055**

(a) Em 28 de abril de 2022, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária, houve aprovação da distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 143.577, o qual é composto pelo valor de R$ 101.305, de dividendos adicionais com base no lucro em 31 de dezembro de 2021, e pelo valor oriundo de reserva de reforço de capital de giro, no montante de R$ 42.272, contabilizado e mantido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, como reservas de dividendos adicionais, em atendimento ao disposto no ICPC 08 - (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, este último valor, foi transferido do patrimônio líquido para dividendos a pagar e pago em 2022; e (b) O valor de R$ 333.218 refere-se às distribuições aprovadas em: 28 de abril de 2022, referentes aos dividendos adicionais mantidos no patrimônio líquido, no valor de R$ 143.577, conforme nota a) acima, e saldo remanescente de dividendos mínimos mantidos no passivo, no valor de R$ 189.641. **22. Patrimônio líquido: 22.1. Capital social:** O capital subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.651.592 (R$ 1.651.592 em 31 de dezembro de 2021), o capital autorizado é de R$ 2.200.000 (R$ 1.800.000 em 31 de dezembro de 2021), sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	**105.120.627**	**768.695**	**1.008.683**	**106.898.005**	**65,11%**
Eletrobrás	**54.017.048**	**459.387**	**609.069**	**55.085.504**	**33,55%**
Outros	**2.181.264**	**11.149**	**7.977**	**2.200.390**	**1,34%**
Total (a)	**161.318.939**	**1.239.231**	**1.625.729**	**164.183.899**	**100%**

(a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia nos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021. Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos, restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital. **22.2. Reservas de lucros**

	2022	2021
Reserva legal (a)	**64.071**	39.940
Reserva de incentivos fiscais (b)	**310.139**	144.620
Reserva estatutária de reforço de capital de giro (c)	**1.056.690**	1.056.690
Reserva de dividendos adicionais propostos (d)	**343.871**	143.577
Total de reservas de lucros	**1.774.771**	1.384.827

a. Reserva legal: É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é R$ 64.071 (R$ 39.940 em 31 de dezembro de 2021). O montante de benefício fiscal do ano foi integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal. **b. Reserva de incentivos fiscais:** A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), Subvenções e Assistências Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O saldo das subvenções da SUDENE é de R$ 310.139 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$ 144.620 em 31 de dezembro de 2021). **c. Reserva estatutária de reforço de capital de giro:** Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R$ 1.056.690 (R$ 1.056.690 em 31 de dezembro de 2021). **d. Reserva de dividendos adicionais propostos:** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 29 de março de 2023, conforme divulgado na nota explicativa nº 31 - Eventos subsequentes, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovado a distribuição da integralidade da reserva no montante de R$ 343.871 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 143.577 em 31 de dezembro de 2021). **22.3. Planos de opção de compra de ações:** A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período. Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do um Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma: **22.3.1. Quinto Plano de Opção de Compra de Ações:** No dia 22 de julho de 2019, por meio de AGE, os acionistas da Equatorial Energia S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano"). O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis. Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

1ª Outorga – *Vesting Date*	Opções exercíveis	2ª Outorga – *Vesting Date*	Opções exercíveis
17/12/2020	**1.478.750**	14/12/2021	**43.750**
17/12/2021	**1.478.750**	14/12/2022	**43.750**
17/12/2022	**1.478.750**	14/12/2023	**43.750**
17/12/2023	**1.478.750**	14/12/2024	**43.750**
	5.915.000		**175.000**

3ª Outorga – *Vesting Date*	Opções exercíveis	4ª Outorga – *Vesting Date*	Opções exercíveis
05/08/2022	**70.000**	11/03/2023	**84.200**
05/08/2023	**70.000**	11/03/2024	**84.200**
05/08/2024	**70.000**	11/03/2025	**84.200**
05/08/2025	**70.000**	11/03/2026	**84.200**
	280.000		**336.800**

5ª Outorga – *Vesting Date*	Opções exercíveis
26/07/2023	**45.000**
26/07/2024	**45.000**
26/07/2025	**45.000**
26/07/2026	**45.000**
	180.000

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga. As ações sujeitas as regras do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria, adquiridas em programa de recompra ou a serem emitidas. O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo "*Black & Scholes*" de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

1ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A)

	2022	2021
Valor justo na data de outorga	**6,78**	6,78
Data da outorga: 17/12/2019		
Quantidade outorgada	**5. 915.000**	5. 915.000
Preço da ação na data de outorga	**22,06**	22,06
Valor justo ponderado do *vesting period*	**17,32**	19,38
Volatilidade esperada (média ponderada)	**22,96%**	22,96%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	**4,25**	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	**6,40%**	6,40%

2ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A)

	2022	2021
Valor justo na data de outorga	**9,34**	6,83
Data da outorga: 14/12/2020		
Quantidade outorgada	**175.000**	175.000
Preço da ação na data de outorga	**22,13**	22,13
Valor justo ponderado do *vesting period*	**19,99**	20,71
Volatilidade esperada (média ponderada)	**29,05%**	29,05%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	**4,25**	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	**6,01%**	6,01%

3ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A)

	2022	2021
Valor justo na data de outorga	**9,34**	9,34
Data da outorga: 04/08/2021		
Quantidade outorgada	**280.000**	280.000
Preço da ação na data de outorga	**24,23**	24,23
Valor justo ponderado do *vesting period*	**24,11**	24,78
Volatilidade esperada (média ponderada)	**30,30%**	30,30%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	**4,25**	4,25
	10,36%	10,36%

4ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A)

	2022	2021
Valor justo na data de outorga	**11,71**	–
Data da outorga: 11/13/2022		
Quantidade outorgada	**336.800**	–
Preço da ação na data de outorga	**25,34**	–
Valor justo ponderado do *vesting period*	**23,59**	–
Volatilidade esperada (média ponderada)	**30,89%**	–
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	**4,25**	–
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	**12,26%**	–

5ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A)

	2022	2021
Valor justo na data de outorga	**10,33**	–
Data da outorga: 11/13/2022		
Quantidade outorgada	**180.000**	–
Preço da ação na data de outorga	**23,48**	–
Valor justo ponderado do *vesting period*	**23,58**	–
Volatilidade esperada (média ponderada)	**30,58%**	–
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	**4,25**	–
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	**13,11%**	–

a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco: Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial Energia S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura. **b. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:** O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no exercício. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2022 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos. **c. Forma de determinação da volatilidade esperada:** Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Em opções	Número de opções 2022	Valor justo ponderado do preço do exercício 2022	Número de opções 2021	Valor justo ponderado do preço do exercício 2021
Existentes em 1° de janeiro	**6.370.000**	–	6.090.000	–
Outorgadas durante o exercício	**516.800**	**23,59**	280.000	24,78
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	**5.915.000**	**17,32**	5.915.000	19,38
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	**175.000**	**19,99**	175.000	20,71
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	**280.000**	**24,11**	280.000	24,78
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	**336.800**	**23,59**	–	–
Existentes ao fim do exercício 5ª Outorga	**180.000**	**23,58**	–	–
Total existentes ao fim do exercício	**6.886.800**	–	6.370.000	–

A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 9.169 (R$ 11.939 em 31 de dezembro de 2021) para a Equatorial Maranhão, e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. **22.3.2. Plano de outorga de "*Phantom Shares*":** Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivo: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a "*Phantom Shares*", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das Metas de Performance pela Companhia. **a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:** O Preço das "*Phantom Shares*" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026. **b. Forma de cálculo da despesa do programa:** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao termino do exercício de 31 de dezembro de 2022, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de performance fossem atingidas:

Em ações	Número de ações 2022	Valor justo ponderado do preço do exercício 2022	Número de ações 2021	Valor justo ponderado do preço do exercício 2021
Existentes em 1° de janeiro	**930.000**	**23,60**	950.000	21,47
Outorgadas durante o exercício	–	–	–	–
Cancelamento	–	–	(20.000)	–
Existentes ao fim do exercício	**930.000**	**24,77**	930.000	23,60

A despesa reconhecida para o plano de "*Phantom shares*" no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 6.087 (R$ 7.748 em 31 de dezembro de 2021) e o valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 24,77 (R$ 23,60 em 31 de dezembro de 2021). Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%. O plano de "*Phantom shares*" está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da Taxa Interna de Retorno (TIR) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. **22.4. Lucro por ação:** Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

2022	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Total
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	**636.835**	**4.891**	**6.419**	**648.145**
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações	**161.319**	**1.239**	**1.626**	**164.184**
Lucro básico e diluído por ação	**3,94767**	**3,94767**	**3,94767**	**3,94767**

2021	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Total
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	926.960	7.120	9.343	943.423
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações	161.319	1.239	1.626	164.184
Lucro básico e diluído por ação	5,74613	5,74613	5,74613	5,74613

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis. **23. Receita operacional líquida:** A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	2022	2021
Fornecimento de energia elétrica	**5.173.754**	5.794.419
Receita de distribuição	**4.726.048**	4.599.688
Remuneração financeira WACC	**303.401**	194.360
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	**29.182**	871.078
Subvenção CDE - Outros	**115.123**	129.293
Suprimento de energia elétrica (b)	**22.412**	116.877
Receita pela disponibilidade - uso da rede (c)	**142.764**	122.857
Receita de construção - Nota explicativa nº 24	**952.638**	544.019
Atualização do ativo financeiro (d)	**167.507**	406.158
Outras receitas (e)	**171.686**	98.250
Receita operacional bruta	**6.630.761**	7.082.580
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica (f)	**(922.669)**	(1.012.548)
PIS e COFINS	**(404.198)**	(437.135)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores - Nota explicativa nº 20	**(79.049)**	–
Encargos do consumidor	**(42.308)**	(49.468)
ISS	**(1.792)**	(1.725)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (g)	**(293.832)**	(160.740)
Penalidades DIC/FIC e outras	**(44.197)**	(31.319)
Deduções da receita operacional	**(1.788.045)**	(1.692.935)
Receita operacional líquida	**4.842.716**	5.389.645

(a) A variação de R$ (841.896) dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid no montante de R$ (23.074) a maior do que o exercício anterior e; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL no reajuste ter sido superior aos custos efetivamente pagos, gerando uma constituição de Parcela A em R$ (854.954) inferior ao ocorrido para esse mesmo exercício em 2021; (iii) variação entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R$236.526 relação ao exercício anterior; (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de R$6.652 e; efeito da CVA da Bandeira Faturada R$ (207.046); (b) A receita de suprimento de energia elétrica foi menor em comparação com o exercício anterior, devido ao PLD na venda no mercado de curto prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, teve um PLD médio de R$ 59,43 em relação ao exercício de 2021 que foi de R$ 271,20; (c) A variação deve-se, principalmente, a: i) despesa com a liquidação CCEE (Encargo do Serviço de Sistema); e ii) amortização do passivo financeiro setorial dos recursos da Conta-Covid regulamentado por meio da Resolução Normativa 885/2020. A combinação destes dois fatores foram responsáveis pela variação em valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros; (d) Em razão do 5º ciclo de revisão tarifária houve considerável número de obras encerradas que impactaram o saldo a ser transferido/bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado, acumulou variação negativa no exercício comparativo, o IPCA, que passou de 10,06% até dezembro de 2021 para 5,79% até dezembro de 2022; (e) A variação deve-se, principalmente, pelo registro de subvenção referente ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no montante de R$ 48.498. Além disso, houve repasse CCBRT, no valor de R$ 28.742, devido ao cenário da bandeira de escassez hídrica no primeiro semestre de 2022; (f) Variação relacionada a redução da alíquota de ICMS a partir de junho de 2022, visto que, a classe residencial tributada da Equatorial Maranhão que era de 29% passou para 20%, conforme Lei Complementar 194/2022 regulamentada pela Lei Estadual Lei nº 11.792, adicionalmente também foi retirado 2% relacionado ao Fundo de Combate à Pobreza, resultando na alíquota modal de 18%; e (g) A variação na CDE (Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.642/2018) deve-se a vigência das Resoluções nº 3.034 de 26 de Abril de 2022, a qual estabeleceu as quotas a serem pagas no decorrer do ano de 2022.

24. Custo do serviço e despesas operacionais

	2022						2021					
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	Total
Pessoal	**(27.303)**	**(34.496)**	**(91.607)**	–	–	**(153.406)**	(26.205)	(35.455)	(98.105)	–	–	(159.765)
Material	**(11.637)**	**(5.514)**	**(2.123)**	–	–	**(19.274)**	(9.403)	(4.779)	(592)	–	–	(14.774)
Serviços de terceiros (a)	**(185.512)**	**(127.080)**	**(20.229)**	–	–	**(332.821)**	(145.348)	(117.985)	(75.951)	–	–	(339.284)
Energia elétrica comprada para revenda (b)	**(2.022.692)**	–	–	–	–	**(2.022.692)**	(2.740.809)	–	–	–	–	(2.740.809)
Custo de construção (c)	**(952.638)**	–	–	–	–	**(952.638)**	(544.019)	–	–	–	–	(544.019)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	**(39.235)**	–	**(39.235)**	–	–	–	(69.271)	–	(69.271)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	–	–	**(17.228)**	–	–	**(17.228)**	–	–	(18.021)	–	–	(18.021)
Amortização	**(188.077)**	–	**(42.246)**	–	–	**(230.323)**	(174.658)	–	(47.903)	–	–	(222.561)
Perda/ganho na desativação de bens e direito	–	–	–	–	**(72.012)**	**(72.012)**	–	–	–	–	(19.669)	(19.669)
Indenização por danos a terceiros	–	–	–	–	**(5.771)**	**(5.771)**	–	–	–	–	(7.599)	(7.599)
Provisão para perda de estoque	–	–	–	–	**(19.008)**	**(19.008)**	–	–	–	–	–	–
Outros	**454**	**(4.531)**	**1.414**	–	**(26.232)**	**(28.895)**	1.304	(5.672)	934	–	(7.477)	(10.911)
Total	**(3.387.405)**	**(171.621)**	**(172.019)**	**(39.235)**	**(123.023)**	**(3.893.303)**	(3.639.138)	(163.891)	(239.638)	(69.271)	(34.745)	(4.146.683)

(a) As variações decorrem de ajustes das ativações em função da adequação das obras de investimentos, para atendimento do Ofício circular nº 289/2022 – SFF/ANEEL; (b) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 25 – Energia elétrica comprada para revenda; e (c) Em decorrência da Covid-19, houve impacto no recebimento de materiais e liberação de equipes para execução das obras, o que ocasionou uma redução na realização de algumas obras orçadas para o exercício findo de 31 de dezembro de 2021, as quais foram reprogramadas, gerando com isso maiores investimentos em relação ao exercício comparativo. **25. Energia elétrica comprada para revenda**

	2022 GWh (*)	2022 R$	2021 GWh (*)	2021 R$
Energia de leilão (a)	**6.086**	**(1.151.103)**	5.957	(1.435.185)
Contratos Eletronuclear	**238**	**(82.436)**	230	(55.267)
Contratos cotas de garantias	**1.763**	**(217.250)**	1.762	(203.754)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	–	**(192.138)**	–	(396.697)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	–	**(87.117)**	–	(441.750)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	**144**	**(78.695)**	148	(51.741)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	–	**199.437**	–	219.786
Subtotal	**8.231**	**(1.609.302)**	8.097	(2.364.608)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	–	**(413.390)**	–	(376.201)
Total	**8.231**	**(2.022.692)**	8.097	(2.740.809)

(a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes de preços de pagamentos inferiores aos observados em 2021, devido a atual situação hídrica do país favorável, que faz com que as despesas com a parcela variável dos contratos de leilões reduzam, com isso o preço médio de aquisição de energia reduziu em 13,82 % passando para 185,82 R$/MWh; (b) A redução nas despesas associada ao ESS deve-se queda no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito pela situação hidrológica favorável , ocasionando redução dos pagamentos associado a este encargo; (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R$ 354.633, em virtude da redução das despesas do mercado do curto prazo com exposição financeira e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo exercício de 2021; e (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). As tarifas vigentes foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.066 de 12 de julho de 2022, com vigência a partir de julho/2022 até junho/2023, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão). (*) Informação não auditada. **26. Resultado financeiro**

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos financeiros (a)	**125.821**	52.119
Valores a receber/devolver parcela A (b)	**71.576**	18.039
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	–	6.054
Acréscimo moratório de energia vendida	**120.180**	129.453
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(10.662)**	(9.603)
Variação monetária e cambial da dívida (d)	**23.715**	–
Outras receitas financeiras	**18.568**	7.874
Total de receitas financeiras	**349.198**	203.936
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	**(132.099)**	(90.117)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	**(66.808)**	(6.107)
Valores a receber/devolver parcela A (b)	**(48.045)**	(15.515)
Variação monetária e cambial da dívida (d)	**(78.068)**	(130.261)
Despesa financeira de AVP	**(18.490)**	(64)
Atualização de eficientização e contingências	**(11.420)**	(11.011)
Multas regulatórias	**(311)**	–
Juros, multas s/ operação de energia	**(1.075)**	(9.842)
Descontos concedidos	**(16.063)**	(12.132)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores (e)	**(168.092)**	–
Outras despesas financeiras	**(17.943)**	(15.862)
Total de despesas financeiras	**(558.414)**	(290.911)
Resultado financeiro líquido	**(209.216)**	(86.975)

(a) O aumento em rendimentos financeiros ocorreu em função da melhora das disponibilidades da Companhia, e também do aumento do CDI acumulado, que até dezembro de 2021 era de 4,42% e até dezembro de 2022 passou para 12,39%; (b) A variação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, dos ativos e passivos regulatórios foi afetada, principalmente pelo aumento dos custos totais com energia, motivados pela crise hídrica, que se intensificou em 2022; (c) Refere-se à contratação de operação de *swap*, designada como *hedge* de fluxo de caixa, que troca Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No exercício findo de 31 de dezembro de 2022 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 5,6%, saindo de R$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021 para R$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022; (d) Em dezembro de 2022, a redução da despesa foi originada da variação cambial da dívida, devido à desvalorização do dólar em 5,6% frente ao real e também pela queda do IPCA, indexador com 73,7% de participação na dívida, que passou de 10,06% acumulado até dezembro 2021 para 5,79% acumulado até dezembro 2022; e (e) Em dezembro de 2022, foi registrado um complemento de passivo no montante de R$ 61.777, referente à atualização da taxa Selic sobre o saldo remanescente capturado no reajuste tarifário do exercício. Além disso, houve uma despesa complementar no montante de R$106.315 no resultado financeiro decorrente do impacto da Lei nº 14.385, editada em 27 de junho de 2022, que determinou a devolução integral do crédito acrescido da atualização monetária oriundos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20 - PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores. **27. Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada): 27.1 Características do plano de aposentadoria.** A Companhia é patrocinadora da EQTPREV - Fundação Equatorial de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária. A EQTPREV (anteriormente denominada FASCEMAR) foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006. A última versão do Plano Equatorial CD foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) no ano de 2018. Em regime de contribuição definida, de acordo com a classificação definida pela PREVIC, o Plano oferece o benefício de aposentadoria normal, o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo ou assistido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da Companhia que não contavam com este benefício. Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir: **(a) Plano Equatorial BD1.** O Plano BD é estruturado na modalidade de "benefício definido", existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: Aposentadoria por Invalidez: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o Salário Real de Benefício (SRB) e a aposentadoria por invalidez da Previdência Social. Aposentadoria por Idade: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social. Aposentadoria por Tempo de Contribuição: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por tempo de contribuição da Previdência Social. Aposentadoria Especial: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria especial da Previdência Social. Pensão por morte: O benefício é equivalente a 50% (cinquenta por cento) mais 10% (dez por cento) por Beneficiário, até o máximo de 5 (cinco), da complementação de aposentadoria que o Participante estava recebendo ou daquela a que teria direito se, na data do falecimento, viesse a se aposentar por Invalidez pela Previdência Social. **(b) Plano Equatorial CD.** O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de "contribuição definida" para os benefícios programados e de "benefício definido" para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições: a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora; b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano; c) Ter idade igual ou superior a 55 anos; e d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora. O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por "n" meses. Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal. Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal. Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido. A Companhia realiza anualmente as avaliações atuariais por avaliadores independentes, considerando cotação de mercado ativo, análise de sensibilidade, taxa esperada global de retorno dos ativos com base nas expectativas de mercado vigentes e aplicáveis durante o período o qual a obrigação deve ser liquidada. Assim, as principais premissas atuarias utilizadas são: (i) taxa de inflação; (ii) taxa de desconto; (iii) futuros aumentos salariais; e (iv) futuros aumentos de pensão. **(c) Plano de Saúde.** O Plano de Saúde Bradesco, foi implantado para os ativos (que inclui os colaborares afastados – inclusive aposentadoria por invalidez), em uma apólice compulsória, na qual a empresa custeia integralmente a mensalidade do plano de saúde dos colaboradores titulares e seus dependentes legais e o titular tem corresponsabilidade na utilização do plano em 40% para Consultas e Exames Simples, e elegibilidade por cargo. **27.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido.** A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2021 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado do exercício de 2022.

Apuração do passivo (ativo) liquido	2022 CD	2022 BD1	2022 Plano de Saúde	2021 CD	2021 BD1	2021 Plano de Saúde
Déficit/(Superávit) apurado						
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	**1.095**	**148.916**	**8.908**	959	160.039	5.763
Valor justo dos ativos do plano	**(7.917)**	**(196.875)**	–	(7.006)	(207.214)	–
Déficit/(Superávit) apurado	**(6.822)**	**(47.959)**	**8.908**	(6.047)	(47.175)	5.763
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais						
Efeito do Teto de Ativo	**3.152**	**47.959**	–	3.035	47.175	–
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	**3.152**	**47.959**	–	3.035	47.175	–
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)						
Passivo/(Ativo) líquido apurado	**(3.670)**	–	**8.908**	(3.012)	–	5.763

27.3 Resultado da avaliação atuarial. Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

Resultado do Exercício 2022	2022 CD	2022 BD1	2022 Plano de Saúde	2021 CD	2021 BD1	2021 Plano de Saúde
Custo do serviço corrente líquido	**113**	**2**	–	127	8	–
Custo do serviço passado	–	–	**1.831**	–	–	–
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	**84**	**16.115**	**605**	54	11.297	5.763
Rendimento esperado dos ativos do plano	**(727)**	**(21.100)**	–	(376)	(13.385)	–
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	**318**	**4.984**	–	223	2.086	–
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	**(212)**	**1**	**2.436**	28	6	5.763

Resultado do Exercício 2022	2022 CD	2022 BD1	2022 Plano de Saúde	2021 CD	2021 BD1	2021 Plano de Saúde
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício						
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	**(324)**	**15.955**	–	(161)	2.869	–
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	**264**	**(11.746)**	**965**	(197)	(16.166)	–
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	**(201)**	**(4.201)**	–	(952)	13.304	–
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	**(261)**	**8**	**965**	(1.310)	7	–

27.4 Ativos do plano. Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

Ativos do plano incluem:	2022 CD	2022 BD1	2021 CD	2021 BD1
Títulos Públicos	**180.473**	**180.769**	141.607	189.565
Fundos de Investimento:	**151.919**	**10.881**	159.983	11.973
Outros	**49.004**	**7.965**	63.797	8.116
Total	**381.396**	**199.615**	365.387	209.654

27.5 Obrigação de benefício definido. (a) Premissas atuariais. As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram:

Premissas	2022 CD	2022 BD1	2022 Plano de Saúde	2021 CD	2021 BD1	2021 Plano de Saúde
Taxa de inflação	**5,23%**	**5,23%**	**5,23%**	5,03%	5,03%	5,03%
Taxa de desconto	**11,91%**	**11,90%**	**11,76%**	10,48%	10,57%	10,73%
Futuros aumentos salariais	**5,23%**	**5,23%**	**Não aplicável**	6,08%	6,08%	Não aplicável
Futuros aumentos de pensão	**5,23%**	**5,23%**	**5,23%**	5,03%	5,03%	5,03%

(b) Análise de sensibilidade. Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissa	Análise de sensibilidade	2022 CD	2022 BD1	2022 Plano de Saúde	2021 CD	2021 BD1
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	**(27)**	**(5.341)**	(549)	(25.429)	(6.239)
	Redução de 0,5%	**28**	**5.707**	609	26.745	6.714
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	**(26)**	**3.882**	300	(22.811)	4.291
	Redução de 1 ano	**29**	**(3.949)**	(298)	25.565	(4.334)

Embora a análise não leve em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. **27.6 Fluxo de caixa**

	2022 CD	2022 BD1	2022 Plano de Saúde	2021 CD	2021 BD1	2021 Plano de Saúde
1 Fluxo de caixa no exercício						
Contribuições do empregador	**185**	**9**	**257**	180	13	190
Contribuições de participante	–	**9**	–	–	14	–
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	**326**	**15.502**	**257**	52	14.080	190
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte						
Contribuições do empregador	**200**	**11**	**409**	183	11	255
Contribuições de participante	–	**11**	–	–	11	–
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	**336**	**15.881**	**409**	321	15.413	255

28. Instrumentos financeiros: 28.1 Considerações gerais. A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA ajustado¹ (DL/EBITDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL). **28.2 Política de utilização de derivativos.** A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (s*wap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **28.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.** Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	2022 Contábil	2022 Mercado	2021 Contábil	2021 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	**18.740**	**18.740**	12.870	12.870
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	**84.621**	**84.621**	67.129	67.129
Aplicações Financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**949.137**	**949.137**	723.889	723.889
Contas a receber de clientes	–	Custo amortizado	**1.138.681**	**1.138.681**	1.196.588	1.196.588
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	–	Custo amortizado	–	–	241.479	241.479
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	**3.332.039**	**3.332.039**	2.762.771	2.762.771
Total do ativo			**5.523.218**	**5.523.218**	5.004.726	5.004.726

Passivo	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	2022 Contábil	2022 Mercado	2021 Contábil	2021 Mercado
Fornecedor	–	Custo amortizado	**520.142**	**520.142**	621.685	621.685
Empréstimos e financiamentos	–	Custo amortizado	**1.989.583**	**1.981.679**	1.510.982	1.515.350
Debêntures	–	Custo amortizado	**460.926**	**459.424**	657.933	655.351
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	**52.062**	**52.062**	8.211	8.211
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	**1.126**	**1.126**	1.625	1.625
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	–	Custo amortização	**201.846**	**201.846**	–	–
Total do passivo			**3.225.685**	**3.216.279**	2.800.436	2.802.222

¹ O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direitos. **Caixa e equivalente de caixa -** são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo; **Aplicações financeiras -** são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; **Contas a receber de clientes -** decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros -** são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado; **Ativo financeiro de concessão -** são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo; **Fornecedores -** decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado; **Empréstimos e financiamentos -** tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); **Debêntures -** são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA; **Instrumentos financeiros derivativos -** são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swap*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e **Passivo de arrendamento -** composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o exercício de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado. **28.4 Instrumentos financeiros derivativos.** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o *Scotiabank* é de R$ 342.923. A liberação desse empréstimo ocorreu em 19 de fevereiro de 2021, no valor de US$ 66.500, equivalente a R$ 350.000, com juros semestrais e amortização de 50% ao final do 3º ano e 50% no 4º ano, em 19 de fevereiro de 2025.A captação tem custo à taxa de 1,25% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de *hedge*). Para maiores informações vide nota explicativa nº 15 – Empréstimos e financiamentos. Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que podem ser assim resumidos:

Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo 2022	Valor justo 2021
Scotiabank - R$ 350.000			
Ponta ativa	US$ + 1,48% a.a	**325.350**	365.991
Ponta passiva	CDI + 1,65% a.a	**(377.412)**	(374.202)
Total		**(52.062)**	(8.211)
Líquido – Passivo circulante		**(283)**	(45)
Líquido - Passivo não circulante		**(51.779)**	(8.166)
Total		**(52.062)**	(8.211)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 2022 – Ativo	Valor contábil 2022 – Passivo	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído	Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de *swap hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	**350.000**	–	**(52.062)**	**Instrumentos financeiros derivativos**	**(11.996)**	–

Risco Cambial	Valor Nominal	Valor contábil 2021 – Ativo	Valor contábil 2021 – Passivo	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído	Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de *swap hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	350.000	–	(8.211)	Instrumentos financeiros derivativos	(14.265)	–

28.5 Gerenciamento dos riscos financeiros: O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2021. **(a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobrança envidadas para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com legislação e regulamentação especificas. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 103.361 (R$ 79.999 em 31 de dezembro de 2021). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating *Fitch Ratings e Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber de clientes:** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021, emitida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

Classe consumidora	% 2022	% 2021
Residencial	**74%**	69%
Industrial	**2%**	3%
Comercial	**8%**	11%
Rural	**5%**	4%
Poder público	**6%**	6%
Iluminação pública	**1%**	2%
Serviço público	**4%**	5%
Total	**100%**	100%

Classe Consumidora (2022)	Consumidores Faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	**788.983**	**104.099**	**321.100**	**1.214.182**
Industrial	**29.561**	**537**	**10.283**	**40.381**
Comercial	**94.451**	**9.380**	**31.855**	**135.686**
Rural	**64.571**	**5.739**	**14.172**	**84.482**
Poder público	**56.378**	**7.595**	**30.276**	**94.249**
Iluminação pública	**10.645**	**285**	**12.327**	**23.257**
Serviço público	**31.551**	**4.538**	**24.737**	**60.826**
Total	**1.076.140**	**132.173**	**444.750**	**1.653.063**

Classe Consumidora (2021)	Consumidores Faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	754.951	123.871	330.816	1.209.638
Industrial	39.048	1.192	12.647	52.887
Comercial	128.121	18.912	37.719	184.752
Rural	58.546	7.766	14.609	80.921
Poder público	52.060	8.793	40.433	101.286
Iluminação pública	10.770	428	15.191	26.389
Serviço público	41.539	5.914	44.007	91.460
Total	1.085.035	166.876	495.422	1.747.333

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 – Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.14.2.1 – Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa	Saldo contábil bruto Parlamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PCLD	Saldo contábil bruto Faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PCLD
A Vencer	178.213	24,03%	42.825	233.292	2,80%	6.532
Vencido 1 a 30	7.858	29,24%	2.298	134.702	3,62%	4.876
Vencido 31 a 60	5.653	49,28%	2.786	41.862	12,01%	5.028
Vencido 61 a 90	4.693	63,99%	3.003	22.856	24,19%	5.529
Vencido 91 a 120	4.536	70,22%	3.185	17.264	29,64%	5.117
Vencido 121 a 150	4.420	71,82%	3.174	16.102	34,49%	5.554
Vencido 151 a 180	4.496	71,82%	3.229	13.359	37,28%	4.980
Vencido 181 a 210	4.280	71,87%	3.076	13.285	37,28%	4.953
Vencido 211 a 240	4.719	72,54%	3.423	14.766	37,28%	5.505
Vencido 241 a 270	4.412	75,16%	3.316	14.236	37,84%	5.387
Vencido 271 a 300	4.516	76,52%	3.456	12.394	37,84%	4.690
Vencido 301 a 330	4.236	76,52%	3.241	12.684	38,28%	4.855
Vencido 331 a 360	4.165	76,52%	3.187	14.545	39,17%	5.697
Vencido 361 a 390	4.233	76,52%	3.239	15.096	39,70%	5.993
Vencido 391 a 420	4.188	76,52%	3.205	14.370	39,94%	5.739
Vencido 421 a 450	4.187	77,05%	3.226	13.332	41,46%	5.527
Vencido 451 a 630	24.303	77,05%	18.725	58.841	44,20%	26.008
Vencido 631 a 720	11.451	77,05%	8.823	26.168	48,47%	12.684
Vencido 721 a 810	9.821	77,05%	7.567	22.836	51,38%	11.733
Vencido 811 a 990	18.646	79,41%	14.807	34.733	53,22%	18.485
Vencido 991 a 1080	9.158	82,85%	7.587	19.567	57,56%	11.263
Vencido 1081 a 1170	8.220	84,26%	6.926	18.491	61,62%	11.394
Vencido 1171 a 1350	15.691	86,02%	13.497	40.829	61,62%	25.159
Vencido 1351 a 1530	14.321	87,53%	12.535	41.057	64,07%	26.305
Vencido 1531 a 1710	11.888	88,16%	10.480	33.115	68,35%	22.634
Vencido 1711 a 1890	9.649	88,16%	8.507	31.545	72,53%	22.880
Maior 1890	62.798	88,27%	55.432	144.813	78,83%	114.157
Total	**444.751**		**254.755**	**1.076.140**		**388.664**

continua

D4Sign f92eb889-cc31-4691-9642-88ff19940afa - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

continuação

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | Companhia Aberta de Capital Autorizado | CNPJ/MF nº 06.272.793/0001-84

Aging parcelamento saldos a vencer

2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Residencial	58.020	32.836	8.147	1.689	100.692
Industrial	630	359	176	110	1.275
Comercial	3.883	2.382	736	130	7.131
Rural	3.265	2.254	671	424	6.614
Poder público	9.167	5.394	3.129	10.675	28.365
Iluminação pública	4.268	2.470	1.511	3.363	11.612
Serviço público	10.726	7.549	3.753	497	22.525
Total a vencer	89.959	53.244	18.123	16.888	178.214

2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Residencial	74.223	36.201	17.314	7.283	135.021
Industrial	1.078	435	293	355	2.161
Comercial	6.401	2.839	1.448	1.041	11.729
Rural	3.907	1.722	982	1.206	7.817
Poder público	9.891	6.969	4.660	17.240	38.760
Iluminação pública	5.278	2.744	1.798	4.552	14.372
Serviço público	11.567	7.144	5.630	17.729	42.070
Total a vencer	112.345	58.054	32.125	49.406	251.930

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

2022	Venc. de 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	Total
Residencial	35.436	43.137	32.913	32.914	61.640	206.040
Industrial	307	445	534	768	6.854	8.908
Comercial	2.328	2.895	2.736	3.293	12.648	23.900
Rural	1.371	1.348	880	971	2.299	6.869
Poder Público	120	170	118	177	595	1.180
Iluminação Pública	18	150	138	99	139	544
Serviço Público	200	216	306	11	158	891
Total de parcelamentos	39.780	48.361	37.625	38.233	84.333	248.332

2021	Venc. de 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	Total
Residencial	36.129	35.043	28.206	24.199	55.581	179.158
Industrial	346	566	570	1.407	7.372	10.261
Comercial	2.530	2.954	2.748	2.910	13.634	24.776
Rural	1.181	1.002	841	708	2.397	6.129
Poder Público	202	207	143	103	580	1.235
Iluminação Pública	139	136	94	137	30	536
Serviço Público	180	639	101	4	158	1.082
Total de parcelamentos	40.707	40.547	32.703	29.468	79.752	223.177

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada de perda média do não faturado	Saldo PCLD
A vencer	132.173	2,80%	3.700

PECLD Outros

Faixa	Saldo contábil bruto Outros	%Taxa média ponderada da perda média do Outros	Saldo PCLD
A Vencer	18.755	2,80%	525
Vencido 1 a 30	5.048	3,62%	183
Vencido 31 a 60	1.930	12,01%	232
Vencido 61 a 90	1.500	24,19%	363
Vencido 91 a 120	940	29,64%	279
Vencido 121 a 150	748	34,49%	258
Vencido 151 a 180	710	37,28%	265
Vencido 181 a 210	273	37,28%	102
Vencido 241 a 270	35	37,84%	13
Vencido 331 a 360	17	39,17%	7
Vencido 361 a 390	597	39,70%	237
Vencido 391 a 420	507	39,94%	202
Vencido 421 a 450	420	41,46%	174
Vencido 451 a 630	2.390	44,20%	1.056
Vencido 631 a 720	1.118	48,47%	542
Vencido 721 a 810	947	51,38%	487
Vencido 811 a 990	1.884	53,22%	1.003
Vencido 991 a 1080	939	57,56%	540
Vencido 1081 a 1170	874	61,62%	539
Vencido 1171 a 1350	1.750	61,62%	1.078
Vencido 1351 a 1530	1.647	64,07%	1.055
Vencido 1531 a 1710	1.239	68,35%	847
Vencido 1711 a 1890	1.066	72,53%	773
Maior 1890	4.557	78,83%	3.592
Total	**49.891**		**14.352**

(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão: A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão). **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. **(b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas n° 15 - Empréstimos e financiamentos e n° 16 - Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de 3,9 (1,2 em 31 de dezembro de 2021). **(i) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2–12 meses	1–2 anos	2–5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	1.646.660	3.095.635	29.014	150.315	230.758	703.129	1.982.419
Empréstimos bancários sem garantia	342.923	441.048	26.751	23.801	206.173	184.323	–
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	**1.989.583**	**3.536.683**	**55.765**	**174.116**	**436.931**	**887.452**	**1.982.419**
Títulos de dívida emitidos sem garantia	460.926	611.705	–	211.533	30.584	264.988	104.600
Subtotal - Debêntures	**460.926**	**611.705**	**–**	**211.533**	**30.584**	**264.988**	**104.600**
Passivo de arrendamento	1.126	494	75	291	128	–	–
Fornecedores	520.142	520.142	253.969	255.950	10.223	–	–
Subtotal - Fornecedores	**521.268**	**520.636**	**191.084**	**319.201**	**10.351**		**–**
Total	**2.971.777**	**4.669.024**	**246.849**	**704.850**	**477.866**	**1.152.440**	**2.087.019**

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas n° 15 - Empréstimos e financiamentos e n° 16 - Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas *(covenants)*. O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado. **(d) Risco de taxa de câmbio:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2022 a exposição ao câmbio é de 14% (16,91% em 31 de dezembro de 2021), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui uma dívida em moeda estrangeira, e possui *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa n° 28.4 - Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial – Impacto no resultado				
Operação	**Risco**	**Saldo em R$ mil (exposição)**	**Cenário Provável**	**Cenário II +25%**	**Cenário III +50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V -50%**
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	**(342.923)**	**(370.515)**	**(463.144)**	**(555.773)**	**(277.886)**	**(185.257)**
Impacto no resultado do exercício		**–**	**–**	**(92.629)**	**(185.258)**	**92.629**	**185.258**
Swap **- Ponta Ativa**	USD	**325.350**	**351.528**	**439.410**	**527.292**	**263.646**	**175.764**
Impacto em outros resultados abrangentes		**–**	**–**	**(4.747)**	**(9.494)**	**4.747**	**9.494**
Impacto no resultado do exercício		**–**	**–**	**92.629**	**185.258**	**(92.629)**	**(185.258)**
Impacto líquido no resultado do exercício total		–	–	–	–	–	–
Referência para ativos e passivos financeiros		**Taxa projetada**	**Taxa em 31.12.2022**	**+25%**	**+50%**	**-25%**	**–50%**
Dólar US$/R$ (% 12 meses)		5,64	5,22	7,05	8,46	4,23	2,82

Fonte: B3.

(e) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	**Risco**	**Saldo em R$ (exposição)**	**Cenário Provável**	**Cenário II +25%**	**Cenário III +50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V -50%**
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.033.758	1.172.488	1.207.171	1.241.853	1.137.805	1.103.123
Impacto no resultado do exercício				34.683	69.365	(34.683)	(69.365)
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(306.759)	(347.926)	(358.218)	(368.510)	(337.634)	(327.342)
	IPCA	(1.804.985)	(1.919.602)	(1.948.256)	(1.976.910)	(1.890.948)	(1.862.294)
Total de passivos financeiros		(2.111.744)	(2.267.528)	(2.306.474)	(2.345.420)	(2.228.582)	(2.189.636)
Impacto no resultado do exercício				(38.946)	(77.892)	38.946	77.892
Swap – Ponta Passiva	CDI	(377.412)	(428.061)	(440.723)	(453.385)	(415.399)	(402.737)
Impacto em outros esultados abrangentes				(291)	(583)	291	583
Impacto no resultado do exercício				(12.371)	(24.741)	12.371	24.741
Impacto líquido no resultado do exercício total				(16.634)	(33.268)	(16.634)	(33.268)
Referência para ativos e passivos financeiros		**Taxa projetada**	**Taxa em 31.12.2022**	**+25%**	**+50%**	**-25%**	**-50%**
CDI (% 12 meses)		13,42%	12,39%	16,78%	20,13%	10,07%	6,71%
IPCA (%12 meses)		6,35%	5,79%	7,94%	9,53%	4,76%	3,18%

Fonte: B3/Santander

(f) Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas n° 15 - Empréstimos e financiamentos e n° 16 - Debêntures. **(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico):** O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade. Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME). Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro de 2022 houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o período tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2021. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses. **(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas. **(i) Risco ambiental:** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte. **28.6 Gestão do capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **29. Demonstração dos fluxos de caixa. 29.1 Transações que não afetam caixa:** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato (a)	**419.008**
Transferências entre ativos de contrato e intangível (a)	**211.848**
Transferência entre investimentos e intangível	**4.213**
Adição de ativo intangível em contrapartida de encargos setoriais	**7**
Adição de ativos de contrato em contrapartida de fornecedor (b)	**29.469**
Adição de ativos de contrato em contrapartida de obrigações trabalhistas (b)	**60.484**
Reclassificação entre ativo financeiro e intangível	**3.311**
Total atividades de investimentos	**728.340**
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (c)	**11.880**
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	**706**
Dividendos adicionais distribuídos 2021	**143.577**
Dividendos mínimos obrigatórios 2022	**114.624**
Resultado de *hedge accouting* de fluxo de caixa (d)	**11.996**
Total atividades de financiamento	**282.783**
Total	**1.011.123**

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; (b) Referem-se as adições de ativos de contrato em contrapartida de fornecedores e obrigações trabalhistas, maiores detalhes na nota explicativa n° 13 – Ativos de contrato; (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados nos ativos de contrato de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos; e (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

29.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2021	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (a)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (b)	2022
Empréstimos e financiamentos	1.510.982	**429.755**	**(62.369)**	**–**	**–**	**111.215**	**1.989.583**
Debêntures	657.933	**(200.000)**	**(82.944)**	**–**	**–**	**85.937**	**460.926**
Instrumentos financeiros derivativos	8.211	**–**	**(34.953)**	**–**	**11.996**	**66.808**	**52.062**
Passivos de arrendamento	1.625	**(1.175)**	**(121)**	**706**	**–**	**91**	**1.126**
Dividendos a pagar	191.072	**(333.218)**	**–**	**–**	**–**	**258.201**	**116.055**
Total	2.369.823	**(104.638)**	**(180.387)**	**706**	**11.996**	**522.252**	**2.619.752**

(a) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e (b) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros, resultado financeiro com operações de instrumentos derivativos e o reconhecimento de dividendos a pagar. **30. Compromissos futuros:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2023	2024	2025	Após 2025 (*)
Energia contratada (em R$ mil)	**2023 a 2034**	**1.867.275**	**1.961.513**	**2.059.595**	**23.641.174**
Energia contratada (em MhW)	**2023 a 2034**	**8.209.217**	**8.304.940**	**8.399.247**	**79.362.007**

(*) Estimado em 9 anos após 2025. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2023	2024	2025	Após 2025 (*)
Arrendamentos e aluguéis	**2023 a 2025**	**656**	**345**	**125**	**–**

31. Eventos subsequentes. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre "coisa julgada" em matéria tributária: Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto. **Distribuição de dividendos adicionais:** Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de distribuição de dividendos adicionais de R$ 343.871, decorrentes do resultado do exercício.

Conselho de Administração: Augusto Miranda da Paz Júnior - (Presidente); Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - (Vice-Presidente); Marcos Antonio Lopes Freixo Filho; José Silva Sobral Neto; Edvaldo Luís Risso; Sérvio Túlio dos Santos; Marise Grinstein; Tânia Sztamfater Chocolat. **Conselho Fiscal:** *Titulares:* Saulo de Tarso Alves de Lara; Paulo Roberto Franceschi; Vanderlei Dominguez da Rosa; Andrea Costa Amâncio Negrão; Luiz Alberto Meirelles Beleiro Barreiro Junior. *Suplentes:* Moacir Gibur; Claudia Luciana Ceccatto de Trotta; Ricardo Bertucci; Eduardo da Costa Ramos; Raquel Mazal Krauss. **Diretoria Executiva:** Sérvio Túlio dos Santos - (Diretor Presidente); Humberto Luis Queiroz Nogueira - (Diretor); José Jorge Leite Soares - (Diretor); Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores); Agnelo Coelho Neto - (Diretor); Tatiana Queiroga Vasques (RI) - (Diretora); Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira - (Diretor); Cristiano de Lima Logrado - (Diretor); Geovane Ximenes de Lira - (Superintendente); Contador: CRC PE 012996-O-3 S-MA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. – Equatorial Maranhão, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, apresentados sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, 29 de março de 2022, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da **Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. -** São Luís - MA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Reconhecimento da receita de energia distribuída mas não faturada: As receitas da Companhia são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R$ 132.173 mil em 31 de dezembro de 2022 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis. A mensuração da receita não faturada foi considerada um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja estimada de forma precisa. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho relacionado aos controles internos da Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Diretoria; (iii) utilização dos nossos especialistas em auditoria de sistemas para nos auxiliar nos testes da integridade, da precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; e (iv) recálculo da estimativa da receita de fornecimento não faturado. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos.** *Demonstração do valor adicionado*: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 29 de março de 2023.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP015199/O-6
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

D4Sign f92eb889-cc31-4691-9642-88ff19940afa - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

c34 a 37 pdf

Código do documento f92eb889-cc31-4691-9642-88ff19940afa

Assinaturas

EMPRESA PACOTILHA S.A.:06271258000109
Certificado Digital
maramaldothay@gmail.com
Assinou

Eventos do documento

19 Apr 2023, 20:13:31
Documento f92eb889-cc31-4691-9642-88ff19940afa **criado** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email:priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-19T20:13:31-03:00

19 Apr 2023, 20:14:45
Assinaturas **iniciadas** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email: priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-19T20:14:45-03:00

19 Apr 2023, 20:16:42
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA PACOTILHA S.A.:06271258000109 **Assinou** Email: maramaldothay@gmail.com. IP: 177.40.230.229 (177.40.230.229.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 1816). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EMPRESA PACOTILHA S.A.:06271258000109. - DATE_ATOM: 2023-04-19T20:16:42-03:00

Hash do documento original
(SHA256):764941036eb1b64c1e2ac57d1fdd8b171ac3ae1bd7722f951aa8043a0641fb87
(SHA512):9025e7bc421c5658f27bbcfaaeb5810c372db757130f9986cb1db09562166d06df9cab577bf0258a1105e24a28f7b44ab22d33efc624496f234877a1effb0eb0

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign